



**RAPHAEL ALEX SILVA**

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO DE CASO DO CENTRO  
PARA DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL E TALENTO -  
CEDET, LAVRAS-MG**

**LAVRAS - MG  
2018**

**RAPHAEL ALEX SILVA**

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO  
ESPECIAL: UM ESTUDO DE CASO DO CENTRO PARA DESENVOLVIMENTO DO  
POTENCIAL E TALENTO- CEDET, LAVRAS-MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza  
Orientador

**LAVRAS- MG  
2018**

**RAPHAEL ALEX SILVA**

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO  
ESPECIAL: UM ESTUDO DE CASO DO CENTRO PARA DESENVOLVIMENTO DO  
POTENCIAL E TALENTO- CEDET, LAVRAS-MG**

**INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS AND PUBLIC POLICIES OF SPECIAL  
EDUCATION: A CASE STUDY OF THE CENTER FOR THE DEVELOPMENT OF  
POTENTIAL AND TALENT- CEDET, LAVRAS-MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 03 de dezembro de 2018.

Dr. Gustavo Costa de Souza UFLA

MSc. Josiane Marques da Costa UFLA

Dra. Julia Casamasso Mattoso UFRJ

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza  
Orientador

**LAVRAS- MG  
2018**

*A Deus por me dar a graça e a felicidade de conquistar meu sonho com fé e coragem.*

*A minha mãe Rosilane pelo incentivo e me mostrar o valor dos estudos.*

*Ao meu pai Clélio por ser o maior exemplo que poderia seguir.*

*Dedico*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, me concedendo sabedoria e discernimento, me guiando nessa trajetória. Não me deixando desistir e iluminando sempre meu caminho.

A Universidade Federal de Lavras e ao Departamento de Administração e Economia pela oportunidade de realização de minha graduação.

Ao Prof. Gustavo, por aceitar o convite de orientação, pelo convívio, compreensão, contribuição para realização deste trabalho e pela amizade. A todos os professores do departamento por agregarem conhecimento e por ter contribuído para uma formação humana e com respeito.

A minha família que sempre me apoiou e me incentivou a sempre estudar e nunca desistir dos meus sonhos. A minha mãe que sempre com zelo fez tudo que podia para facilitar e me ajudar no dia a dia. Ao meu pai por sempre me mostrar o caminho certo com honra e respeito.

Aos meus irmãos por serem exemplos de pessoas, estudantes e profissionais, por sempre me ajudar e acreditar no meu potencial.

A minha segunda família, empresa Master, por todas as palavras de incentivo e apoio, e por não faltarem com esforços para concretizar mais essa etapa em minha vida, agradeço por acreditar em mim.

Aos meus amigos, Renato, Luciano e Gregory por sempre estar ao meu lado e entenderem as minhas ausências nos momentos de dificuldades. A minha amiga Luana que mesmo de longe sempre me ajudou e acreditou em mim.

Aos meus companheiros de graduação, Ana Carolina, Diego e Gabriel, por todos momentos partilhados, trabalhos, festas e estudos. Tenho certeza que conquistei grandes amigos ao longo desses anos. O caminho só foi mais fácil com a presença de vocês!

Agradeço a todos os funcionários do CEDET que se prontificaram com muita atenção a me ajudar nesse trabalho e pela realização das entrevistas. Agradeço também a presidente da ASPAT por contribuir com a realização deste.

A Dr. Zenita Cunha Guenther, inspiração e motivação para continuar a realização deste trabalho e por ter tido a iniciativa do projeto CEDET, onde fui aluno por anos e fomentou o estímulo para a realização deste trabalho de conclusão de curso sobre o tema.

A Coordenadora de Educação Especial de Lavras, Vanda Vieira, pela disponibilidade e conceder autorização para realização das entrevistas.

## RESUMO

Esse trabalho discute a política pública de educação aos dotados em âmbito local. Se objetiva nesse trabalho verificar o papel exercido pelo Centro Para Desenvolvimento do Potencial e Talento – CEDET no arranjo institucional da política pública de educação especial e compreender como é a execução da política e analisar quais os meios e ferramentas que são utilizados para a realização da política. Para isso, tem-se o intuito de estudar a participação dos atores sociais na política pública aqui examinada. Diante disso, são abordado os principais conceitos sobre a temática de dotação e talento no ponto de vista de autores renomados e reconhecidos no assunto, bem como a abordagem feita pelo MEC. É discutido também o conceito e implementações de políticas públicas com o envolvimento de atores sociais e associações como forma de executar e cooperar com a política, desse modo verificar os arranjos institucionais que fomentam o Centro a realizar suas atividades. Além de expor o contexto histórico e explanar as atividades realizadas pelo CEDET ao longo de seus vinte e cinco anos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e pesquisas bibliográficas e documentais, com intuito de conhecer mais a fundo o modo de execução da política pública que está em discussão, desse modo, alcançando informações relevantes sobre a temática. Diante disso, foi verificado que apesar da prefeitura manter o CEDET, a Associação de Pais e Amigos ao Talento - ASPAT tem uma parcela significativa na execução e manutenção do centro, além da associação guiar e nortear as atividades ela é responsável por gerir todos os voluntários e convênios que o CEDET possui para que a política pública de educação especial se concretize. Ademais, se verifica o poder que o trabalho voluntariado possui e sua importância. Para alguns dos desafios que foram encontrados se necessita que o poder público reconheça com mais atenção o CEDET e que o Estado fomente também essa temática, bem como auxiliar na execução dessa política já existente.

**Palavras-chave:** Política Pública. Dotação. Associação. Voluntariado.

## LISTA DE SIGLAS

ADAV	Associação Para Desenvolvimento E Assistência A Vocações
APAE	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais
ASPAT	Associação De Pais E Amigos Ao Apoio E Talento
CEDET	Centro De Desenvolvimento Do Potencial E Talento
CENESP	Centro Nacional De Educação Especial
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto Da Criança E Do Adolescente
IBC	Instituto Benjamin Constant
INEP	Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional De Educação De Surdos
IPEA	Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional
MEC	Ministério Da Educação
NAAH/S	Núcleos De Atividades De Altas Habilidades/Superdotação
OMS	Organização Mundial Da Saúde
PDE	Plano De Desenvolvimento Da Educação
PNEE	Política Nacional De Educação Especial
UFLA	Universidade Federal de Lavras

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.2</b>	<b>OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.1</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>12</b>
<b>1.3</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Dotação e Talento .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Políticas Públicas para a educação especial .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3</b>	<b>Políticas Públicas, Atores Sociais e Associativismo .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4</b>	<b>Arranjos Institucionais de Políticas Públicas.....</b>	<b>23</b>
<b>2.5</b>	<b>O caso do CEDET .....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1</b>	<b>Delimitação da pesquisa e amostra .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1</b>	<b>CEDET.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Fundadora do CEDET .....</b>	<b>33</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Coordenação do CEDET.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Os Facilitadores do CEDET .....</b>	<b>42</b>
<b>4.2</b>	<b>ASPAT .....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Presidente da ASPAT .....</b>	<b>47</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>52</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>55</b>
	<b>Apêndice I.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Educai as crianças e não será preciso punir os homens”, foi assim que Pitágoras, com essa frase antológica, em 500 a.C. já descrevia a importância da educação na formação de qualquer sociedade. A educação no Brasil é um direito assegurado após a promulgação da constituição de 1988 no artigo 205, onde se torna um dos direitos sociais que visa a igualdade entre todos os cidadãos. Antes da atual constituição de 1988, a constituição cidadã, vivia-se num cenário onde a educação era vista como uma forma de assistência social para aqueles que não podiam pagar por serviços educacionais e, após a Constituição, essa passou a ser um dever do Estado e um direito do cidadão.

Em 1990, foi criada uma das leis mais importantes para assegurar o direito à educação para todas as crianças, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sob a lei de número 8.069 de 13 de julho 1990. Esta lei garante o lugar da criança na escola desde o seu nascimento, o que também é registrado na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996.

Tais considerações fazem acreditar que segundo todas essas leis a educação no Brasil é teoricamente funcional, uma vez que visa à igualdade entre todos e busca conformar um ambiente democrático, ou seja, onde todas as crianças têm o direito a frequentar a escola. Todavia, assim como existem políticas públicas assistenciais que auxiliam na nivelção, por exemplo de renda, na educação deve-se ter um cuidado para que todos tenham o direito de se desenvolver bem como desenvolver suas capacidades. Sendo assim, um ensino padrão e regular não consegue atender toda a demanda de uma população que ainda está em fase de formação e descobertas.

Visando essas demandas de ensino se evidencia a necessidade de um estudo de como as políticas públicas são conduzidas a fim de permitir que alunos com deficiência que necessitem de uma educação especial possam desenvolver suas habilidades que não seriam efetivamente desenvolvidas com a educação regular. Nessa perspectiva, surge então uma discussão a respeito da Política Nacional de Educação Especial.

A educação especial, portanto, segundo a proposta da Política Nacional de Educação Especial, é uma modalidade transversal ao ensino regular que percorre desde a educação infantil até o ensino superior (MEC 2008). A transversalidade se justifica numa situação que se compreende na consequência do não entendimento da individualidade de cada um, pois a dificuldade é atender a singularidade sem detrimento do grupo e ao atendimento do grupo sem

detrimento da singularidade de cada indivíduo. Nasce, então, essa preocupação da educação especial (GUENTHER, 2007).

Essa preocupação com a educação especial, no Brasil nasce de forma tardia, e ainda passa por mudanças constantemente. Recordemos, contudo, um breve histórico das políticas de inclusão a pessoas com deficiência. Esse atendimento se iniciou ainda na época do império com o ensino a surdos no que hoje vem a ser o Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). Além disso, na década 80 do século XX surge um movimento que hoje já se caracteriza a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e que atende a educação a pessoas com deficiência intelectual.

De outra parte, tem-se uma vertente a respeito da educação especial que é a dos superdotados. Essa tratativa vem sendo discutida desde 1945 no Brasil com a criação do primeiro atendimento especializado às pessoas com altas dotação na Sociedade Pestalozzi, por iniciativa de Helena Antipoff. A partir disso, vêm sendo discutidas e estudadas a educação especial e a inclusão dos que se caracterizam com a dotação.

Segundo a equipe da secretaria de educação que desenvolveu a Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (MEC, 2008), por superdotação/altas habilidades<sup>1</sup> se entendem que são estudantes que demonstram um elevado potencial em algumas áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Outra característica que define esta população é a assincronia, descrita como o desenvolvimento psicomotor, intelectual, afetivo e cronológico não linear, que traz ao indivíduo uma sensação de desarmonia em relação ao que está em sua volta (OUROFINO; GUIMARÃES, 2007).

A educação especial para os alunos dotados tende a ser um pouco mais branda em relação às deficiências, pois os superdotados podem acessar a educação regular. Todavia, a longo prazo pode-se criar desafios como a falta de interesse em continuar estudando e isto pode vir a se tornar um problema social por não ter tido acesso à educação que lhe era mais adequada.

Com esse cenário supracitado, torna-se então, direito garantido que os alunos com características de Superdotação/Altas Habilidades terem à sua disposição ferramentas e práticas<sup>1</sup>educacionais que permitam que sejam exploradas e instigadas todo seu potencial para que possam se desenvolver em um sistema que lhe seja específico (BONOMO, 2009).

---

<sup>1</sup> Utiliza-se nessa monografia o termo Superdotação/ Altas Habilidades somente quando refere-se aos documentos do MEC, uma vez que, é assim denominados. O autor, nessa monografia utilizará o termo dotado ou mais capazes que é utilizado e denominado correto pela Dr. Zenita Guenther.

No Brasil são poucas as políticas públicas feitas em níveis nacionais para que possam atender os alunos dotados. Tendo em vista essa situação, o que se começa a ter são movimentos locais que se iniciam por organização da sociedade civil que se preocupam e se formam com propostas inovadoras. É o caso do Centro para o Desenvolvimento do potencial e Talento (CEDET) na cidade de Lavras – MG. Fundado em 1992, ele inicia suas atividades e no ano seguinte é incorporado oficialmente à prefeitura de Lavras através de uma lei municipal. Desde então é visto como referência nacional e seu sucesso é visto até mesmo internacionalmente. Fundado pela Prof. Dr. Zenita Cunha Guenther, referência nos estudos de alunos com dotação.

A suplementação educacional do CEDET é oferecida visando desenvolver a capacidade e acompanhar a formação moral e da personalidade das crianças dotadas. Além de oferecer o acompanhamento das crianças, o CEDET realiza trabalho de integração junto às famílias a fim de aprimorar a orientação de seus filhos, estimular o talento e as áreas de conhecimento, intelectual, escolar artística, criativa esportiva e social.

Os alunos acolhidos pelo CEDET, em maioria possuem nível sócio-econômico de classe média ou baixa, com cerca 500 alunos atendidos atualmente. Até o ano de 2015, o CEDET realizava atividades com alunos de onze escolas municipais, oito estaduais e duas particulares. O CEDET trabalha nas áreas básicas: a formação humanista; a própria pessoa (autoconceito); convivência com os outros (conceito do outro); e relações com o ambiente (visão de mundo). Além disso, realiza Integração e Co-responsabilidade com a Escola e em parceria direta e assumindo Co-responsabilidade, tanto em relação ao processo como aos resultados esperados. A participação direta da escola compreende a responsabilidade pela observação sistemática anual, para identificação de alunos sinalizando capacidade superior e talento; a indicação de uma pessoa de seus quadros para assistir ao facilitador do CEDET no acompanhamento do dia a dia das crianças inscritas ao programa; e o acompanhamento e avaliação conjunta do desenvolvimento do Plano Individual dos seus alunos.

Nesse ínterim, diante do que foi exposto, com esse estudo busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Qual o papel exercido pelo CEDET no arranjo institucional da Políticas Públicas de educação especial em Lavras-MG?

## **1.2 OBJETIVO GERAL**

Com o intuito de responder à questão/problema de pesquisa, busco nesse trabalho analisar e compreender o papel exercido pelo CEDET no arranjo institucional da Política Pública de educação especial em Lavras-MG.

### **1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para construir esse estudo será necessário estudar:

- Compreender a articulação de atores sociais e organizações públicas e privadas para a implementação da Política Pública Educação Especial;
- Descrever as atividades desenvolvidas pelo CEDET;
- Revisar historicamente o surgimento e desenvolvimento do CEDET em Lavras – MG.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

Esse estudo se justifica pela necessidade de explorar esse assunto. O Brasil ainda é um país que possui uma dificuldade em identificar esses alunos caracterizados como superdotados. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 5% da população brasileira, 10 milhões de pessoas, se enquadra nas características aqui já mencionadas de Altas habilidades/Superdotação.

Como se pode notar, existe uma grande demanda nesse segmento que ainda não é explorada e discutida. Apenas em 2005 foram implantados Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal. Esta foi uma das primeiras políticas públicas nacional nesse segmento.

É evidente a necessidade que se tem de explorar e investir em políticas públicas voltadas a essa área da educação. Não obstante, deve-se também verificar quais já são as políticas locais que se enquadram nessa vertente para verificar sua efetividade e, assim, buscar sua difusão. No caso mencionado do CEDET, com a consultoria de sua fundadora Prof. Dr. Zenita Cunha Guenther, já foram implantadas mais 8 unidades do CEDET no o Brasil, o que comprova ainda mais sua relevância no cenário educacional.

O CEDET como uma política pública realizada em Lavras possui um formato quanto sua organização estrutural que conta com ajuda de associação, da comunidade e toda a

sociedade que presta serviço voluntário. É preciso estudar esse formato de organização para entender e disseminar esse modelo a outras fontes de apoio aos alunos que necessitam desse apoio. O Centro, conta com parceria com a Universidade Federal de Lavras e o Unilavras, com o Município e já houve subsídio pelo Estado, além de contar também com a ajuda do terceiro setor e diversos voluntários. Todo esse aparato que é proposto em sua estrutura não deixa que suas atividades sejam finalizadas por qualquer encerramento de parceria de qualquer uma das ligações anteriores. É preciso que seja evidenciado essas parcerias e estudado como o CEDET se mantém firme e sólido há 25 anos, apesar de ao longo dessa jornada, já ter se mantido apenas com a ajuda da associação.

Diante disso, esse trabalho se justifica em prol de todo um sistema que ainda não é reconhecido, seja por falta de profissionais capacitados, falta de recursos destinados a essa área, formação ineficazes de professores ou despreparo das escolas ao tratar esses indivíduos. Em suma, é na construção de políticas públicas que sejam reconhecidas e universais que consiga abranger todo o território e tratar de forma correta aqueles que possuem características educacionais superiores aos demais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para melhor compreensão desse assunto, o referencial teórico deste trabalho foi dividido em cinco pontos, que são: (1) Dotação e Talento; (2) Políticas Públicas para a educação especial; (3) Políticas Públicas e atores sociais; (4) Arranjos institucionais de políticas públicas e, por fim, (5) O caso do CEDET.

### **2.1 Dotação e Talento**

Os termos empregados de Altas habilidades/Superdotação vem sendo discutidos há muito tempo. Essa terminologia aqui adotada surgiu no Brasil em 1995 com a Política Nacional de Educação que denomina aqueles que se destacam com portadores de Altas Habilidades/Superdotação. Anteriormente, essa terminologia era adotada apenas como “superdotados” quando em 1972 a legislação brasileira o escreveu dessa forma. Diante disso várias críticas foram feitas mediante o termo “superdotados”. Helena Antipoff (1992) argumentou que o prefixo “super” poderia expor os indivíduos a uma curiosidade em excesso

ou até mesmo com preconceitos. Dessa forma, Antipoff passou a utilizar o termo “Bem-dotado”. Zenita Guenther (2000) utiliza o termo “Dotado” devido a maior coerência com a tradução do inglês “gifted”. Não há consenso com essas terminologias também internacionalmente, uma vez que o Conselho Europeu para Alta Habilidade (Eurotalent) optou pela terminologia: “Altas Habilidades” e já o Conselho Mundial para o Superdotado e Talentoso optou pelos termos “Superdotados ou talentosos”. Além disso, autores como Alencar, Feldhusen e French (2004) dizem que alguns pesquisadores utilizam os conceitos de superdotados e talentosos como sinônimos e já outros pontuam diferença entre os termos (ANTIPOFF 2010).

Além da discussão das terminologias no Brasil, também foi alterada a denominação. No ano de 1970 nos documentos oficiais do Ministério da educação (CENESP, 1986) trata a definição como:

São consideradas crianças superdotadas e talentosas as que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música e capacidade psicomotora (CENESP, 1986).

Já em 1994, essa definição foi modificada. Incluindo o termo “Altas habilidades” conforme a terminologia recente e trocado o termo “crianças” por “educandos” e excluindo o termo “talentosas” conforme (Brasil, 1995):

Portadores de altas habilidades/superdotados são os educandos que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora (Brasil, 1995).

Gera-se muitos mitos a partir desses conceitos em gozo popular, o termo Altas Habilidades/Superdotação gera inúmeras ideias conforme Fleith 2007 cita:

Para algumas pessoas, o superdotado seria o gênio, aquele indivíduo que apresenta um desempenho extraordinário e ímpar em uma determinada área do conhecimento, reconhecida como de alto valor pela sociedade; para outros, seria um jovem inventor que surpreende pelo registro de novas patentes; para outros ainda, seria aquele aluno que é o melhor da classe ao longo de sua formação acadêmica, ou a criança precoce, que aprende a ler sem ajuda e que surpreende os pais por seus interesses e indagações próprias de uma criança mais velha. O termo superdotado sugere ainda a presença de um talento, seja

na área musical, literária ou de artes plásticas. O denominador comum nessas diversas conotações do termo é a presença de um notável desempenho, talento, habilidades ou aptidões superiores (FLEITH, 2007, p.15).

Diante disso, no Brasil ainda é nítido o despreparo e a falta de informação a respeito desse assunto, sempre causa uma curiosidade e muitos mitos sobre o tema no pensamento popular. Todo esse diagnóstico errôneo causa uma série de consequências que dificulta e atrasa o desenvolvimento do aluno com altas habilidades (FLEITH, 2007).

Outra ideia errônea que se tem dos indivíduos caracterizados por Altas habilidades/Superdotação é que os mesmos se desenvolvem sozinhos. Essa ideia já se desconstrói visto que nem todos caracterizados como tal se tornam adultos produtivos. Desse modo, é imprescindível que a importância de se propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento do aluno com altas habilidades, a par de atender às suas necessidades educacionais (FLEITH, 2007).

Outro fato relacionado a esses indivíduos ainda quando alunos é a forma que são tratados nas escolas. A atual realidade do ensino regular é que ele é direcionado para aqueles alunos que estão na média ou abaixo dela. O aluno superdotado é deixado de lado nesse sistema, é visto como um temor pelos professores que se sentem despreparados, pressionados pelas perguntas ou comentários que são feitos pelos mesmos. Segundo Fleith (2007, p.17), existe um despreparo muito grande na ainda no ensino regular para esses alunos.

A autora ainda retrata a forma como é tratado o rendimento dos alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Culturalmente se espera que esses alunos tenham um excelente rendimento em todas as áreas da educação, o que isso de fato não acontece. Isso, pois acontece uma relação entre o potencial que o aluno possui com o desempenho real do mesmo, principalmente ocasionada por um sistema arcaico e muito rígido de ensino. Fleith (2007, p.15) destaca alguns fatores que podem ser agravantes no rendimento inferior desses alunos. Eles podem ser ocasionados por fatores individuais, que podem ser a baixa auto-estima, depressão, ansiedade, perfeccionismo, irritabilidade, hostilidade e comportamento agressivo. Além dessas características tem-se impulsividade e déficit de atenção (o que as vezes pode confundir no diagnóstico do superdotado para deficiente intelectual) e uma necessidade de ser aceito pelos colegas (FLEITH, 2007).

Outro fator é o familiar, que pode ser ocasionado por uma baixa expectativa, excesso de pressão dos pais por um bom rendimento, conflitos familiares entre outros. Existe também o fator do Sistema educacional, uma vez que, o ambiente pode ser pouco estimulador, exercícios muitos repetidos, pressão ao conformismo, procedimentos docentes rígidos que não permitem

criações ou espontaneidades, ou até mesmo na ideologia que todos os alunos devem aprender no mesmo ritmo (FLEITH, 2007).

Por fim e crucial para impactar no baixo rendimento dos alunos com Altas Habilidades/ Superdotação tem-se o fator da sociedade. Criou-se uma cultura anti-intelectualista que cria nomes pejorativos àqueles que se dedicam à vida acadêmica como os rótulos de “CDFs” ou “nerds” que discriminam negativamente os alunos. Além da cultura do corpo, que valoriza mais a beleza física do que a beleza intelectual. Todos esses fatores contribuem muito para o baixo rendimento do aluno ou até mesmo para identificação do mesmo, pois com todas essas pressões muitos deles preferem ficar no anonimato e/ou esconder habilidades (FLEITH, 2007).

## **2.2 Políticas Públicas para a educação especial**

Hodiernamente, a educação especial tem como definição uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008). Todavia, no Brasil, apesar dos significativos avanços na área ainda é um desafio no que diz respeito a educação especial.

No Brasil a educação para com pessoas com deficiência teve início no Império com a criação de duas instituições. A primeira foi criada em 1854 que foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant - IBC) e em 1856 foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES). Vale destacar que durante o século XIX apenas os cegos e os surdos foram contemplados com ações para a educação especial e mesmo assim, era apenas encontrada na capital do império (JUNIOR, 2010).

O imperial Instituto dos Meninos Cegos, conforme o autor, foi inspirada pelo Instituto de meninos cegos de Paris, onde se tinha na época os melhores modelos de educação. No início de seu funcionamento ele recebia alunos de apenas duas províncias que eram do Rio de Janeiro e Ceará. Até o fim do regime ele passou a receber alunos e alunas de várias províncias, porém, o ingresso dos alunos estava condicionado à autorização do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império.

Já o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em seu primeiro ano recebeu apenas três alunos e após 1856 o número expandiu e recebia alunos de outras províncias além do Rio de

Janeiro. O autor explica que o ensino consistia no ensino elementar incorporado de algumas matérias do secundário. Havia também ensinos profissionalizantes como de técnicas agrícolas e em 1870 instalou cursos de encadernação e sapataria.

Essas duas instituições foram criadas por vertente do Estado, porém, houve ainda iniciativas da organização civil no início do século XX. Em 1926 foi fundado o instituto Pestalozzi que era direcionado ao atendimento a pessoas com deficiência intelectual. Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) e em 1945 foi criado o primeiro atendimento especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa que, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, veio trabalhar na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte (MEC 2008).

Desde então, a educação especial tem sido tratada como educação de pessoas que tenham deficiência, seja ela intelectual, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além dos indivíduos superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial (MEC 2008).

O ensino para os alunos que necessitavam de uma educação especial continuava sendo segregado aos demais. Os alunos caracterizados por Superdotação continuavam tendo o acesso ao ensino regular, apesar de necessitar de um atendimento especializado que considere suas singularidades de aprendizagem, mas como ainda não havia uma política pública voltada para essa vertente o ensino era feito no formato regular (MEC 2008).

A Constituição Federal de 1988 traz como uma de suas premissas fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). No artigo 205, trata a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, no artigo 208 CF, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2018).

A Declaração de Salamanca em 1994 proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva determinem meios mais eficazes de não segregar os alunos que possuem deficiências e altas habilidades/superdotação, esses últimos devem ter acesso à educação regular. Segundo Rogalski, (2010):

[...]procura ressaltar é que quando a igualdade de direitos aparece junto com o respeito às diferenças, prevalece a visão universalista, marcada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Os alunos têm direitos iguais, independente das características, interesses e necessidades individuais, que são diferentes. A Declaração de Salamanca deixa claro que a escola deve oferecer os serviços adequados para atender à diversidade da população (ROGALSKI, 2010, p.10).

Dentro desse contexto, uma sociedade que consiga integralizar, por sua vez, só será possível se essa integração for feita em todos os setores da vida social dos indivíduos. Ou seja, a sociedade será integradora na medida em que todos os âmbitos de um governo, como educação, economia, cultura e a saúde integrem as classes que ainda são excluídas (ROGALSKI, 2010). A declaração de Salamanca ainda reforça:

As escolas integradoras constituem um meio favorável à construção da igualdade de oportunidades da completa participação; mas, para ter êxito, requerem um esforço comum, não só dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não só é uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade (SALAMANCA, 2004, p. 14).

A Declaração de Salamanca contou com a adesão do governo brasileiro. A Lei de Diretrizes e bases da educação de 1996, que se baseia na responsabilidade do poder público, matrícula preferencial na rede regular de ensino e apoio especializado necessários. Infelizmente isso ainda não é uma realidade no setor da educação no Brasil, ainda há muito o que evoluir no que tange à inclusão e igualdade no ensino (SILVA, 2016).

Ainda em consequência da declaração de Salamanca, no ano de 2001 foi aprovado o documento Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica, que volta novamente para o contexto de escolas inclusivas, tanto para escolas públicas e privadas que devem matricular os alunos na rede regular de ensino. Logo em seguida, no ano de 2013 o Ministério da Educação deu origem ao “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” que tem como principal fundamento mudar a concepção das unidades de ensino para um âmbito de inclusão. Com isso, se promoveu a formação de gestores e professores da área de todo o Brasil para que todos esses atores ficassem ainda mais preparados para tratar o ensino que necessitam de educação especial (SILVA, 2016).

No ano de 2005, foram organizados os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal. Essa ação foi com objetivo de orientar famílias e promover a formação continuada para garantir o acesso e a

permanência desses alunos na rede pública de ensino. Já em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) que busca por meio de fundamentos superar a dicotomia entre educação especial e educação regular (SILVA, 2016).

Uma outra alternativa adotada pelo governo, foi a implantação de sala de recursos multifuncionais, onde é realizado o atendimento a educação especial dos dotados, bem como as de outras necessidades no mesmo meio, cultivando o ideário de educação inclusiva. Essa medida foi inaugurada no decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Trata ainda, conforme o inciso II do parágrafo primeiro do segundo artigo do decreto a condição de “suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação”.

### **2.3 Políticas Públicas, Atores Sociais e Associativismo**

Antes de iniciar a discussão sobre as políticas públicas de educação especial a alunos dotação é crucial termos uma breve descrição do próprio conceito de políticas públicas. No caso citado de educação especial, é um assunto com uma estrutura complexa tanto para sua criação quanto para sua implementação. Para políticas públicas, Souza (2006, p.4) defende que:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 4).

Desse modo, se entende políticas públicas como um conjunto de ações por parte do estado para a garantia dos direitos sociais. Se necessita da criação de políticas públicas para garantir que direitos sejam concretizados, como por exemplo, o direito à educação que muitas pessoas são privadas de usufruir. Entretanto, essas políticas públicas devem ser tratadas como ações apartidárias, uma vez que, acreditam-se em gozo popular, que políticas públicas são feitas com validades que transcorrem apenas no período do mandato, porém, todos os resultados obtidos ficam com a comunidade e para os próximos governos (ROMANOWSKI, 2009).

A autora coloca que a política pública é um campo holístico, segundo ela é “uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas”. Segundo Souza isso gera duas implicações. A primeira diz respeito que as políticas públicas se tornam um território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Ou seja, apesar da política pública ser um ramo

formalmente da ciência política, ela não se resume a apenas isso, mas sim em um campo multidisciplinar (SOUZA, 2006).

A segunda implicação se trata que esse caráter holístico da política pública não significa que ela careça da coerência teórica e metodológica, mas sim de várias visões. Por fim, Souza (2006) complementa:

Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p.4).

Outro ponto que precisa ser evidenciado é que as políticas de governo ainda são ações unilaterais que tem uma visão da situação que a evidência. Para Giugliani (2007), citado por Romanowski (2009) se entende também por políticas públicas:

[...] são ações coordenadas, com objetivo público, isto é, coletivo. São políticas de Estado e não de governo e pressupõe uma capacidade de impacto no sentido da construção da cidadania. Existem para garantir os direitos humanos. Em sociedades desiguais, como a nossa, devem promover transformações sociais que trabalhem diretamente com promoção de cidadania e provoquem a participação ativa da sociedade com a execução e efetividade (GIUGLIANI 2007, citado por ROMANOWSKI 2009, p.7448).

Esse argumento enfatiza o direito à cidadania no sentido da coordenação de políticas públicas, isso incentiva o cidadão a fiscalização do que já vem sendo feito e desenvolver seu próprio projeto com a intenção de desenvolver o que vê necessário em local, uma vez que é o próprio cidadão que está perto e vive a política. Com isso, se forma um ciclo de “ações sociais” que perpassa dentro de uma sociedade.

Ação social é um conceito que vem de Max Weber que se classifica como sendo toda ação dotada de sentido pelo sujeito que a pratica, mas que sempre leva em conta, em seu desenvolvimento, a ação do outro. Ou seja, o social vem de várias ações individuais que se resultam em respostas uns aos outros. No centro de seu modelo teórico Weber, coloca a ação social juntamente com a definição de ator social (WEBER, 1979, citado por MORAES; FILHO; DIAS, 2003).

Toda política pública implementada conta com o auxílio de atores sociais para se manterem e a dar seguimento em todas as atividades, como por exemplo os burocratas de nível de rua, associações que atuam em parceria com a política pública, voluntários da sociedade civil ou até mesmo outras instituições públicas. Os atores sociais podem servir de ferramentas para

dar funcionamento ou até mesmo iniciar algum movimento com algum propósito pré-definido. Segundo Souza (1991, p.54, citado por ALMEIDA; SOUZA) se entende por ator social:

Ator é alguém que representa que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país) encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a ideia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas etc (SOUZA 1991, p.54, citado por ALMEIDA; SOUZA).

Desse modo, pode-se entender como ator social, todo e qualquer indivíduo, grupo, instituição, sindicatos entre outros, que participam de alguma atividade e se relacionam entre si. As organizações de cunho social são extremamente importantes no que tange ao trabalho voluntariado. Os atores sociais são vistos como sujeitos que executam um papel ativo diante da realidade. Eles ocupam diferentes posições sociais, que expressam diferenças e desigualdades sociais, além disso possuem comportamentos e valores éticos distintos entre si, mas com um único objetivo que é causar uma mudança em algum cenário.

No que tange aos atores sociais no âmbito da educação, possuímos inúmeros atores sociais, individuais e coletivos, tais como: professores, gestores, alunos, voluntários, ONGs, governo entre outros que provocam transformações significativas tanto no crescimento do aluno, moral e de ensino, além de toda metodologia. No âmbito educacional, os atores são vistos como agentes transformadores e não de adaptar e reproduzir. Segundo Silva e Pádua (2010),

A ênfase nas ações, experiências e significações atribuídas pelos atores sociais destaca o seu poder de criar, recriar, reagir, negociar, construir, lutar, resistir, negar, opor, elaborar estratégias e redefinir a realidade social, ou seja, com margem de autonomia e de liberdade, ao invés de determinados pelas estruturas sociais (SILVA; PÁDUA, 2010, p.4).

Dentro deste contexto, os atores sociais tendem a fazer uma ligação entre uma estrutura já integralizada e os agentes humanos que dão andamento nessa estrutura. Além disso, os atores sociais onde desenvolvem papel ativo na sociedade continuamente realizam processos de apropriação, inovação e também de reprodução (SILVA; PÁDUA, 2010).

Outro protagonista que contribui com a execução de diversas políticas públicas são as associações. Essas práticas associativas da sociedade brasileira, segundo Carlos e Silva (2006), ganharam especial relevo diante do processo de mobilização e negociação dos movimentos

sociais da década de 1980. Além disso, os Silva e Pádua (2010, p.3) ainda completam e discutem que “algumas regiões do país, conferiram à sociedade civil uma expressiva densidade associativa embebida no ideário de luta por direitos e cidadania”.

Diante disso, as associações que trabalham firmemente contribuindo com a política pública seja efetivada e melhorada contribui de forma positiva para a política local. Segundo Carlos e Silva (2006):

Nesta perspectiva, os arranjos de participação, quando podem contar com uma estrutura associativa preexistente aos novos arranjos participativos, podem incidir positivamente sobre a cultura política local, fortalecendo as características da cultura associativa e gerando novos elementos democratizantes (CARLOS; SILVA, 2006, p.164).

As autoras ainda destacam dentro das práticas de associação a construção do capital social, que segundo Carlos e Silva (2009), ressalta a relação existente entre virtude cívica dos indivíduos, que se destaca por ter um vínculo estreito com as associações que estabelecem, por sua vez, laços de confiança e reciprocidade, e o esforço dos valores democráticos. Desse modo, essa cultura cívica parece conduzir e motivar a participação da sociedade civil nas políticas públicas e, por consequência, a melhora de sua execução, bem como o melhor desempenho dos governos (CARLOS; SILVA, 2006).

Ainda, dentro do mesmo contexto, as autoras mostram que existe um crescimento exponencial do associativismo que se relaciona com um processo de mudança estrutural política, segundo Carlos e Silva (2006):

O crescimento exponencial verificado do associativismo civil a partir dos anos 1990 talvez esteja relacionado ao processo de descentralização e democratização das prefeituras municipais, que conferem importância à organização e participação popular, tendo em vista a prática participacionista em canais institucionais de participação (CARLOS; SILVA, 2006, p.168).

Essa afirmação se justifica pelo fato que a partir dos anos de 1990 passa se a ter um período de busca da institucionalização da democracia da gestão pública, onde enfatiza as autoras, em que o poder público local passa a incorporar mecanismos e canais de participação popular na elaboração e implementação das políticas públicas. Cabe ressaltar ainda, que a participação da sociedade civil em movimentos sociais urbanos e entidades civis, se tem presente, em maior volume nas associações de moradores e organizações comunitárias (CARLOS; SILVA, 2006).

Essa participação, possui um significado político que se expressa como uma forma de tomar parte nos processos dinâmicos que constituem e modificam a sociedade, de forma que, essa participação permite tomar parte na sua historicidade. Cabe ressaltar que essa noção de participação, possui um significado que é transferido de mero ativismo imediatista para o núcleo das estruturas sociais das políticas. Segundo Carlos e Silva (2006):

Significa produzir a sociedade e construir sua historicidade. Por sua vez, tomar parte na gestão da sociedade significa tomar parte no complexo jogo de relações, interesses e decisões geradas pela ação e transformação da sociedade, no campo dos sistemas político e organizacional (CARLOS; SILVA, 2006, p.177).

As autoras tratam essa participação tanto individuais quanto coletivas para que esses grupos tragam e se tornem explícitos suas diferenças e seus interesses num lugar que seja estabelecido de leis e regulamentos. Desse modo, se cria uma participação nas esferas decisórias que exige que o poder se democratize e seja compartilhado (CARLOS; SILVA, 2006).

#### **2.4 Arranjos Institucionais de Políticas Públicas**

Para implementar políticas públicas é necessário um enfoque analítico dos arranjos institucionais. É necessário compreender a forma que é abordada entre as burocracias do poder executivo e seus meios de controle e participação social. Sendo assim, é necessário analisar as interações entre as instituições e as políticas de desenvolvimento.

Segundo Pires e Gomide (2014), para compreender esse assunto, primeiramente, deve-se distinguir arranjos de ambientes institucionais. Para os autores, ambientes institucionais diz respeito às regras gerais que estabelecem o fundamento para o funcionamento dos sistemas político, econômico e social. Já para arranjos institucionais, compreendem as regras específicas que os agentes estabelecem para si nas suas transações econômicas ou nas suas relações políticas e sociais particulares.

Dessa forma pode-se afirmar que o ambiente institucional fornece o conjunto de parâmetros sobre os quais operam os arranjos de políticas públicas. Segundo Pires e Gomide (2014), os arranjos de políticas públicas definem a forma particular de coordenar os processos nos campos específicos. Eles delimitam quem está habilitado a participar de um determinado processo, o objeto e os objetivos deste, bem como as formas de relações entre os atores. Assim sendo, se entende que a relação entre as instituições e desenvolvimento não devem se ater dentro

do ambiente institucional, mas sim, aos arranjos de políticas específicas (PIRES; GOMIDE 2014).

Hoje, se tem vários atores e interesses a serem coordenados dentro do contexto brasileiro. Dentre eles, temos as burocracias de diversos poderes e níveis de governo, parlamentares de diferentes partidos e por fim e não menos importante as organizações da sociedade civil, que são sindicatos, associações, movimentos sociais, dentre outros. Em torno de cada política se arranjam organizações (com suas discrepâncias, recursos, competências, instrumentos legais e mandatos), mecanismos de coordenação, espaços de negociação e decisão entre atores (governo, sistema político e da sociedade). Tudo isso, além das obrigações como a transparência, prestação de contas e controle (PIRES; GOMIDE 2014).

Desse modo, para compreender o processo das políticas públicas é necessário entender os arranjos institucionais, que resumidamente dão sustentação a implementação as políticas públicas. Portanto, para os autores Pires e Gomide (2014) o conceito de arranjo institucional é entendido como sendo “o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica”. Ou de acordo com IPEA (2011) “arranjos institucionais são regras que definem a forma particular como se coordena um conjunto específico de atividades econômicas em uma sociedade”. São os arranjos institucionais que atribuem ao Estado a capacidade de executar seus objetivos, ou seja, são os arranjos que determinam a capacidade do estado de implementar políticas públicas.

As capacidades do Estado de implementar as políticas públicas podem ser abordadas segundo duas formas, conforme Pires e Gomide (2011) nos mostram. Podem ser entendidas como as capacidades técnico-administrativas e políticas. Técnico-administrativas vem como habilidades do Estado para produzir ações coordenadas e gerar resultados desejados. À forma política pertencem as habilidades da burocracia do Executivo, em expandir os canais de interlocução, negociação com todos os atores sociais envolvidos, processando os conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos.

Nesse ínterim, os arranjos institucionais dotam o Estado das habilidades necessárias para implementar seus objetivos. As capacidades técnico-administrativa e política são resultados das relações entre a burocracia, participação social, representação política e de controle, tudo isso tem como fim os resultados das políticas públicas (PIRES; GOMIDE 2014).

Os arranjos institucionais são os meios para se chegar em bons resultados das políticas públicas. Para analisar esses resultados se usa alguns modelos de análise de políticas públicas

como o ciclo de políticas públicas. Esse último é um instrumento analítico que pode ajudar a compreender alguns aspectos importantes das políticas em todas as suas fases (PIRES; GOMIDE 2014).

Em um primeiro momento, as fases são a de agenda e formulação. Segundo Lotta e Vaz (2015), essas fases são de compreensão dos assuntos trazidos a agenda, e sendo assim, são assuntos que devem ser discutidas pelo estado e como as ações são planejadas pela administração pública. A ideia dessa fase é compreender quais são os atores que influenciam a agenda e que participam do processo de formulação. Quanto aos arranjos institucionais, o que se tem visto são as novas formas de tratar a formulação com novos canais que aumentam a participação de atores, sejam eles estatais ou não. Nesse momento de agenda e formulação são envolvidos diferentes atores, organizações e temas. Além disso, possuem diversas dinâmicas que variam do tipo de política e o grau de institucionalização do arranjo.

A fase seguinte é a de implementação. Essa fase é o momento em que as ações que são planejadas e formuladas são colocadas em práticas. O ponto de questionamento dessa fase é de quem são os atores responsáveis, quais os papéis de cada um, como é a implementação e por fim as diferenças ao que foi formulado. Nesse ponto os arranjos institucionais são colocados em vista no momento de alocação de recursos, sejam eles de recursos humanos que tange a funcionários alocados em órgãos específicos ou de outro lado os recursos financeiros que darão todo o sustento para a política (LOTTA; VAZ, 2015).

Os atores sociais possuem um papel muito importante nesse momento ao que permite que sejam analisados os atores que são responsáveis pela implementação e como esses mesmos foram incluídos nesse segmento. Além disso, tem-se a preocupação de como os recursos serão repassados e todos os demais papéis que se tem no envolver da implementação. Outro ponto que cabe ressaltar nesse momento do ciclo é quanto uma menor transparência que na fase supracitada acima, uma vez que, a formulação é aberta ao público na maior parte das vezes e a implementação nem sempre segue esse padrão. Por isso, nesse momento os meios dos arranjos institucionais como o controle e a participação são mais distantes (LOTTA; VAZ, 2015).

Por fim, os autores Lotta e Vaz (2015) trazem as fases de monitoramento e avaliação, que são fases de acompanhamento as ações que foram implementadas e verificar se eles produziram o que se esperava. No que tange aos arranjos institucionais, essa fase busca construir formas mais integradas de olhar para os resultados alcançados e de acompanhar as ações colocadas em prática. As novas tendências de arranjos institucionais buscam para obter mais resultados positivos a criação de formas mais eficazes de promover esse monitoramento e

avaliação. A fase de monitoramento é uma fase crucial para a política, pois ela permite verificar se os repasses estão sendo feitos, como está o vínculo dos atores no meio da política. E assim como a fase de implementação a fase de avaliação não conta com um grande apoio de controle e participação de atores, as novas propostas são de deixar os dados mais transparentes e assim aumentar o controle social.

O autor Jannuzzi (2014) também se refere as avaliações como:

[...] avaliação refere-se ao conjunto de procedimentos técnicos para produzir informação e conhecimento, em perspectiva interdisciplinar, para desenho ex-ante, implementação e validação ex-post de programas e projetos sociais, por meio das diferentes abordagens metodológicas da pesquisa social, com a finalidade de garantir o cumprimento dos objetivos de programas e projetos (eficácia), seus impactos mais abrangentes em outras dimensões sociais, ou seja, para além dos públicos-alvo atendidos (efetividade) e a custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência) (JUNNUZZI, 2014, P.26).

Para o autor a definição de avaliação se faz por um levantamento de dados, informações e conhecimentos para o aprimoramento da intervenção a quem se faz a avaliação, como por exemplo o contexto da atuação, público alvo, os arranjos de implementação, custos e impactos. Essa avaliação tem como objetivo produzir evidências, compilar os dados e sistematizar estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de programas e projetos sociais. Não se trata a avaliação, segundo Jannuzzi (2014), como uma investigação com métodos válidos cientificamente para analisar diferentes aspectos sobre um programa no qual é avaliado.

O estudo desses arranjos institucionais permite que sejam ofertadas formas de que as políticas públicas sejam mais efetivas, para que elas otimizem mais o uso de recursos, que exista uma ampliação de oferta dos serviços públicos e que tenha mais pressão social por controle e participação (LOTTA; VAZ, 2015).

## **2.5 O caso do CEDET**

O Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento - CEDET foi criado em 1993 e funciona regularmente em Lavras -MG, uma cidade no sul de Minas Gerais com 102.124 mil habitantes (IBGE 2017). Trabalha em parceria com as escolas da comunidade. O CEDET é um espaço de apoio e complementação educacional ao aluno dotado e talentoso, frequentando as diferentes escolas da comunidade, nos diversos níveis do Ensino Básico (GUENTHER, 2006).

Funciona regularmente em uma casa que foi adaptada no centro de Lavras e conta com quatro ambientes para trabalho pedagógico que são realizados em grupos ou individualmente. Cada aluno tem anualmente um plano de trabalho individual e possibilita a formação de grupos para a execução das atividades, com mais 5 a 15 alunos (GUENTHER, 2006). Todavia, pelo tamanho do espaço e pela estrutura de materiais, nem todas as atividades são realizadas na sede, algumas necessitam também de ambiente próprio, como laboratórios. Além disso, são realizados normalmente onde se localiza o voluntário, para maior facilidade com suas instalações (GUENTHER, 2006).

O CEDET, de responsabilidade técnica da Associação de Pais e Amigos para Apoio ao Talento- ASPAT (GUENTHER, 2000) caracteriza-se por ser um programa realizado na comunidade, fora do contexto da escola, porém integrado ao sistema escolar (GUENTHER, 2007). ASPAT é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e têm objetivos e dinâmicos de funcionamento estabelecidos em estatuto próprio. Busca apoiar e conscientizar seus associados e a comunidade sobre a temática do desenvolvimento do talento, acompanhar o processo educacional necessário a esse desenvolvimento, e pesquisar sobre a educação dos dotados e talentosos. A ASPAT em si objetiva o apoio direto e indireto ao CEDET junto aos alunos vindos de escolas públicas e privadas da região que apresentam sinais de dotação e capacidade elevada (CEDET, 2018).

Além de oferecer o acompanhamento das crianças, a ASPAT realiza trabalho de integração junto às famílias a fim de aprimorar a orientação de seus filhos, estimular o talento e as áreas de conhecimento, intelectual, escolar artística, criativa esportiva e social (CEDET, 2018).

O CEDET tem sua estrutura de redes firmada com a Prefeitura Municipal de Lavras, que atua com a cobertura de despesas básicas de manutenção física e logística do centro, além de manter a maior parte da equipe de facilitadores que realizam atendimento e acompanham os alunos em âmbito escolar, também conta com o apoio de clubes comunitários, principalmente o Rotary Club, que fomentou a fundação da ASPAT e do CEDET (CEDET, 2018).

Dessa forma o CEDET, foi idealizado por experiências vividas pela fundadora Zenita Cunha Guenther em diversos espaços do mundo, como o programa “Sábados Diferentes” da Associação Portuguesa para as Crianças Sobredotadas, em Portugal ou inspirada pelas Colônias da ADAV- Associação para Desenvolvimento e Assistência a Vocações, de Minas Gerais, fundada por Helena Antipoff (1972), o CEDET desenvolve uma metodologia própria e única para o trabalho diário com alunos, escolas e comunidade (GUENTHER, 2007).

O referencial teórico em que se apoia a construção do CEDET é no pensamento humanista, assim como Helena Antipoff também se baseia em todas suas construções. O centro visa proporcionar direção e intencionalidade ao projeto educativo, onde não busca apenas no talento do aluno, mas sim nas dimensões básicas a formação humanista: a pessoa em si (auto-conceito); convivência com os outros (conceito do outro) e relações com o meio (visão de mundo) (GUENTHER, 2007).

A partir desses conceitos o CEDET organiza suas atividades em três grandes áreas de estimulação e enriquecimento, como cita a autora e fundadora Zenita Guenther (2007):

1. Comunicação, Organizações e Humanidades, que cultiva experiências ligadas à vida social e inter-relações humanas, comunicação e vivência comum;
2. Ciência, Investigação e Tecnologia, que lida com o conhecimento científico, relações do homem com o meio ambiente, e caminhos pelos quais conhecer o mundo de forma organizada e racional;
3. Criatividade, Habilidades e Expressão, que abre espaço para a esfera pessoal dos sentimentos, apreciação da beleza, relações com o próprio corpo, estímulo a habilidades, autocontrole e convívio orientado para manejo pessoal de metas em comum (GUENTHER, 2007, p.3).

É feito todo um trabalho individual e com o auxílio dos professores e da escola para a identificação dos alunos que serão beneficiados com as atividades do CEDET. É feita uma avaliação individual durante um certo período e após isso o aluno inicia suas atividades se for caracterizado com dotação (GUENTHER, 2007).

Para manter o funcionamento da instituição, o CEDET conta com uma equipe multidisciplinar de professores recrutados em diferentes áreas. A equipe de profissionais e estrutura logística é mantida na maior parte pela municipalidade, com colaboração Secretaria de Estado da Educação, além de toda a ajuda voluntária que é recebida (GUENTHER, 2007).

Toda a comunidade e grande parte da rede privada de ensino da cidade contribui com o funcionamento. Disponibiliza equipamentos e trabalho voluntário de toda solicitação que seja feita pelos alunos. A partir da demanda dos alunos, o CEDET procura um voluntário e esse voluntário é acompanhado pelos facilitadores das áreas. A autora ressalta que a presença dos voluntários no CEDET não é uma questão de economia de orçamento, mas sim, uma contingência de qualidade para o projeto pedagógico (GUENTHER, 2007).

Os facilitadores são responsáveis pelos planos individuais e acompanhamento das crianças. Em média cada facilitador faz o acompanhamento individual de 70 a 80 crianças

matriculadas em duas ou mais escolas. São feitas visitas semanais e acompanhado cada aluno individualmente (GUENTHER, 2007).

A estrutura do CEDET gira em torno de atores sociais que formam uma rede de interação, profissionais da educação, instrutores e voluntários, são organizados dessa maneira para que as crianças sejam influenciadas por mais de um orientador. Dessa forma é organizado o processo de estruturação e seguimento das atividades do CEDET, a rede que é formada entre os atores funciona com muita harmonia, como cita Guenther (2007):

A cada semestre temos cerca de 100 instrutores voluntários trabalhando com grupos de crianças e jovens, em alguma atividade na qual ele mostra competência. O encontro semanal entre o voluntário e as crianças pode acontecer na sede do CEDET, em laboratórios da Universidade, como também em repartições, escritórios, empresas, oficinas, escolas privadas, clubes, praças de esporte, academias, e locais de trabalhos os mais variados. O envolvimento e participação da comunidade, como também da Universidade Federal de Lavras, é acionado em consonância com as necessidades detectadas pelo Plano Individual dos alunos. Através dos anos o CEDET vem contando com centenas de voluntários, nas mais diversas áreas de conhecimento, ocupação, hobbies, estilo de vida, alguns deles permanecendo no programa por cinco ou mais anos (GUENTHER, 2007, p.3).

Toda essa estrutura permite que o aluno além de permanecer na escola regular com alunos de sua faixa etária desenvolva suas habilidades no centro. Além disso, participar do CEDET significa ter contato com outros grupos de crianças que se identificam, tendo contato com colegas de outras escolas bem como de outras áreas da cidade. Também proporciona interagir com diferentes adultos em várias situações, o que o orienta, os voluntários que os ensina, visitantes, estagiários e as diversas pessoas que trabalham no centro (GUENTHER, 2007).

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia foi elaborada com o objetivo de alcançar a proposta do projeto, que é analisar qual o papel exercido pelo CEDET no arranjo institucional da Políticas Públicas de educação especial em Lavras-MG. Serão delimitados as fases e os procedimentos metodológicos que serão abordados nessa monografia.

### **3.1 Delimitação da pesquisa e amostra**

No que tange ao horizonte espacial da pesquisa, foi definido que seria feito uma análise na cidade de Lavras, onde se encontra o objeto de estudo que é o CEDET. Delimitando esse horizonte realizou-se um levantamento na cidade de Lavras, no órgão subordinado à secretaria de educação, o CEDET, para identificar quais são os principais atores e órgãos envolvidos na articulação e implementação da política pública aos dotados.

Após isso, foram formuladas as entrevistas, que se deu por um roteiro semiestruturado. Esse roteiro se encontra no apêndice deste trabalho. Não será limitado número de entrevistados, uma vez que as amostragens se darão por saturação, segundo GLASER e STRAUSS (1967), citado por MINAYO (2017), a amostragem por saturação se “referem a um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado.”

Em seguida foram selecionados e contatados os entrevistados que foram selecionados a partir da noção do conhecimento do tema e exercem papel fundamental na execução das atividades do CEDET, tais como, fundadora, coordenadora, facilitadores e membros da associação mantenedora do CEDET. Foram aplicadas entrevistas, as quais foram gravadas e transcritas.

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

O estudo, em sua abordagem, terá sua classificação como uma pesquisa qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ainda para os autores, a pesquisa qualitativa, não se preocupa com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização ou qualquer outro objeto de estudo. A pesquisa qualitativa, também, associa a coleta de dados, análise de textos e observação direta do tema analisado.

Quanto aos objetivos esta pesquisa será caracterizada como descritiva. No trabalho de Triviños (1987, citado por GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35) a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

O procedimento do trabalho se trata de um estudo de caso, é caracterizado por buscar interpretar uma determinada conjuntura demonstrando os aspectos essenciais e diferentes que transpassa a situação. Segundo Fonseca (2002) o estudo de caso:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revela-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA,2002, p.33).

Ainda segundo Laville e Dionne (1999, p.156) o estudo de caso possui uma vantagem que seria o aprofundamento que esse procedimento permite, pois, os recursos veem concentrados no caso visado, não estando submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos.

Ainda quanto ao procedimento, o trabalho se caracteriza como pesquisa bibliográfica, se justifica, pois, segundo Fonseca (2002, p. 32) “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” e, segundo ele, é feita “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Também se dita como procedimento a pesquisa documental, Fonseca (2002, p. 32) afirma que está “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas”. Serão utilizados documentos oficiais e informações disponibilizadas nos sites dos atores pesquisados.

A análise de dados será feita por técnicas de análise de dados qualitativos que é como esse estudo se orienta. Será usada a técnica de análise de conteúdo, que é feita a partir da leitura das falas, realizada por meio da transcrição das entrevistas realizadas, depoimentos e documentos. Segundo Minayo (2007):

Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO 2007, citado por GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.84).

Com isso, para interpretação de dados é necessário penetrar os significados que os atores sociais compartilharam de suas realidades por meio das entrevistas. Não é somente mostrar os resultados de forma espontânea ao pesquisador. Dentre as modalidades de análise de conteúdo será abordada a análise temática que é a mais apropriada para investigações qualitativas.

Segundo Minayo (2007, citado por GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.84) “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. E toda essa análise temática ocorre em três fases.

A primeira, segundo a autora, é a pré-análise que se trata da organização do será abordado, exploração do tema por meio de estudos. A segunda fase é a exploração do material que é o momento em que se codifica o material e, por fim, a terceira fase é a do tratamento dos resultados, é nesta fase que se trabalha os dados brutos e que se filtra as informações que serão tratadas (MINAYO, 2007, citado por GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.84).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta etapa, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas no CEDET e seus segmentos, com o intuito de alcançar o objetivo deste trabalho, de maneira que se compreenda todos os aspectos desse tema.

### **4.1 CEDET**

Para realizar essas entrevistas e conduzir esse estudo foi dividido as entrevistas no CEDET em etapas. A primeira etapa foi realizada a entrevista com a fundadora do CEDET, logo em seguida foi feito a entrevista com a coordenadora do CEDET. A terceira etapa foi a realização das entrevistas aos facilitadores do CEDET, que se somam em sete profissionais, alguns deles

trabalhando no centro desde sua fundação, a facilitadora mais recente do centro já possui quatro anos de trabalho.

#### **4.1.1 Fundadora do CEDET**

Foi iniciado a entrevista com a fundadora do CEDET, questionando o porquê de incentivar o potencial e o talento dos alunos que são atendidos pelo centro. Ela inicia dizendo que “essa é a maior fonte de produção de renovação que a humanidade tem”. Reforça e complementa a noção de dados estatísticos a respeito dessa parcela da população diagnosticada com dotação que se estima em 5% segundo a OMS. A fundadora expressa uma preocupação com a educação dessa parcela, enfatiza que

Todo ano que nasce aquelas crianças, se tem 5% de capacidade humana que não pode ser desperdiçada. Conforme o meio social, conforme o meio em que vive, conforme a higiene e saúde que tem, isso pode ser perdido, ou seja, não desenvolve”.

O referencial teórico que é adotado no CEDET é a concepção humanista, que visa proporcionar direção e intencionalidade ao projeto educativo, mas, além disso, conduzir esse aluno ao caminho em harmonia com a sociedade. A metodologia abordada, não busca apenas no talento do aluno, mas na formação humana daqueles que são atendidos. É realizado nas premissas da formação humanista que é a pessoa em si (auto-conceito); convivência com os outros (conceito do outro) e relações com o meio (visão de mundo) (GUENTHER, 2007).

A partir desse direcionamento que existe a preocupação com o futuro das crianças, onde a entrevistada cita que é necessário “achá-los antes que eles se envolvam no crime, que pega muito cedo essas crianças mais capazes”.

Dando seguimento a entrevista, foi discutido o formato quanto estrutural e organizacional do CEDET. O Centro conta com a Associação de Pais e Amigos para o Apoio ao Talento (ASPAT) conforme já citado no referencial do trabalho. Questionou-se a entrevistada o momento que essa associação foi necessária a ser criada para a condução do CEDET. A fundadora esclarece que essa associação foi idealizada imediatamente, segundo ela se justifica “porque você não faz educação especial, sem trazer a família para o apoio”. Ainda relata o contexto que se iniciou a associação, a trajetória do CEDET se inicia em 1992 e logo no ano seguinte em 4 de junho de 1993 ele foi inaugurado oficialmente em Lavras e em outubro do mesmo ano se inaugurou a ASPAT. Salienta que havia um grande apoio dos pais dos alunos

e “foi fundada com muita força e muito independente do poder político, porque a gente já tinha as crianças”.

Esse modelo de trabalho em conjunto do CEDET e a ASPAT, segundo a fundadora já foi um modelo pré-definido. Com a inauguração do centro e já contando com a participação das crianças com o aval da secretaria de educação era necessário trazer as famílias até o centro, e isso se fez através da associação. Além disso, com essa aproximação das famílias até a política na ponta, faz com que, além da associação, se tenha a comunidade e toda a sociedade civil no controle e coordenação da política pública.

Segundo Pires e Gomide hoje, no atual contexto político-institucional brasileiro, são vários atores e interesses a serem coordenados e processados na execução de uma política, dentre eles e enfatizando o papel da ASPAT se tem as organizações da sociedade civil, que são as associações. Todos esses arranjos institucionais que ligam e dão seguimento ao funcionamento do CEDET, que são a secretaria de educação, a associação e a comunidade que faz com que a política pública seja sustentada e implementada.

A ASPAT muito além de aproximar os pais dos alunos e a comunidade ao trabalho que é realizado possui inúmeras outras ferramentas que fomentam e dão sustentação ao trabalho que é realizado. Ao perguntar o papel da ASPAT no funcionamento do CEDET a fundadora diz que

É tão amplo e tão difuso, que é difícil você colocar em poucos itens, mas toda ligação com a comunidade é feita através da ASPAT. A ajuda financeira é obrigatoriamente através da ASPAT [...]. Ajuda com procura de voluntários, campanhas, festividades e, às vezes, nós chamamos para colocar a secretaria (do CEDET) em dia.

O papel da associação é de tamanha importância para o funcionamento do CEDET quanto ser um órgão subordinado à secretaria de educação. As inúmeras atividades que são realizadas através da demanda dos alunos são necessárias que se procure um voluntário para estar à frente da atividade bem como um local se essa atividade necessitar de especificações. Desse modo, se iniciou os convênios que a associação se fez com diversos órgãos e atores sociais da cidade. A Fundadora ainda complementa essa informação com a seguinte fala: “Essa é por uma espécie de uma filosofia que nós tínhamos, de que você não deve pedir às pessoas para ajudar o governo, o governo já está com o imposto”.

A entrevistada ainda retrata que a imagem da associação faz com que a comunidade contribua para a realização das atividades de forma diferente da que seria a pedido do governo.

Argumenta e diz “a ASPAT que é uma organização, até pobre, funciona na minha casa até hoje, e é ela que traz, faz as coisas, que traz livros, que traz conferencistas de fora... a comunidade abraçou logo!”.

Ator social segundo Souza (1991) é “alguém que representa que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações”, complementa ainda que ator social não se limita a imagem de pessoas ou grupos, instituições também podem ser atores sociais, assim como, a ASPAT efetua um trabalho de ator social e executa um papel de reivindicação, de promessa ou de denúncia, assim como esclarece Souza (1991).

Os autores Silva e Pádua (2010) explanam a importância dos atores sociais de fazerem uma ligação entre a estrutura já integralizada e os agentes humanos que dão andamento nessa estrutura. Além disso, cabe também a esses atores sociais dentro das políticas públicas de lutar, resistir, negar, opor, elaborar estratégias e redefinir a realidade, desse modo, a fundadora deixa claro que se não houver essa independência política e oposição da associação, com toda a mudança desse cenário político a ASPAT já estaria fechada a muito tempo, segundo ela

A ASPAT é totalmente livre da prefeitura. Foi um ponto de honra, porque se você quer um grupo que pode ter que fazer oposição, pode ter que reclamar, pode ter que criticar, então é melhor que não seja dependente.

Para as realizações das atividades que o CEDET oferece, a ASPAT firma convênio com diversas instituições da cidade. A fundadora relata que considera que as principais parcerias são com as universidades, e alega que

A universidade é importante, porque nos dá biblioteca, nos dá praça de esporte, nos dá pessoal, como estagiários... pessoas mesmo para nos ajudarem a trabalhar. Me dá um apoio bom dentro da comunidade, porque eles estudam o programa, opinam, às vezes aceito algumas sugestões. Então eu considero a universidade primeiro”.

E ainda cita as três principais universidades que contribuem com o centro, dentre elas, a Universidade Federal de Lavras – UFLA, Fagammon e Unilavras.

A entrevistada ainda reforça outras parcerias que fazem com que a política pública funcione, como

Nós temos também aqueles voluntários que nos ajudam com a sua própria ajuda: pessoas, profissionais liberais, professores, médicos, costureiras... todo mundo! Essas pessoas ajudam mais trabalhando conteúdo com as crianças, orientando uma criança a aprender alguma coisa”.

Diante disso, reforça o conceito de ator social que seriam os sujeitos que executam um papel ativo diante da realidade.

A fundadora afirma que sem esses convênios com as universidades as atividades não conseguiriam se manter no CEDET, segundo ela “mantemos a criança atenta e aqui porque as universidades têm laboratórios bons, têm professores bons e a criança - o aluno - mais capaz, à medida que ele cresce, ele recebe mais e não menos”. Salienta que é justamente esses convênios que faz com o CEDET se mantenha firme e com um trabalho sólido. Relata que já existiu uma grande quantidade de programas idealizados pelo governo, mas que não se mantém contínuo pela falta de profissionais adequados. E ainda enfatiza a respeito dos convênios com as universidades

É verdade que eu também sou uma pessoa graduada, eu tenho PhD, o que ajuda a universidade falar: “Então isso é sério!”. Talvez seja uma dificuldade que as outras pessoas tenham, mas também não basta ter um título, você precisa ter mais do que isso e o “mais do que isso” são as crianças trabalhando.

Foi perguntado a entrevistada de que maneira o município subsidia o CEDET, foi relatado que a prefeitura arca com as despesas básicas de manutenção como a casa que foi adaptada para ser a sede do centro, materiais didáticos e de limpeza, condução dos alunos e merenda, assim como nas escolas. Além disso, no centro possui um quadro de oito funcionários públicos efetivos do município, todos professores que se caracterizam pela multidisciplinariedade, desses oito um ocupa o cargo de coordenador que faz a ligação entre o CEDET e a Secretaria de Educação esses profissionais que se intitulam de facilitadores. Conta também com duas funcionárias de serviços gerais e um motorista. No quadro de funcionários dispõe de uma secretária também, que no momento, não está ocupado por ninguém, o que segundo ela, tem causado um transtorno muito grande. Fora esses recursos a mesma completa “as colaborações pontuais também nós procuramos sempre com o projeto pronto. A prefeitura tem ajudado. Nunca encontrei um prefeito que se opusesse a ajudar”.

Outras formas de recursos que fazem a manutenção do centro são todos provenientes da ASPAT que busca na comunidade. A fundadora relata

As facilitadoras costumam brincar que a principal fonte de recursos da ASPAT sou eu mesma. Tudo que precisa a gente busca aqui em casa. Mas de fato isso é necessário, talvez seja uma tarefa muito próxima, porque o dinheiro de Brasília é muito direcionado, já sabe para quem que vai.

Um ponto de divergência que dificulta a manutenção do CEDET é a ausência do Estado para fomentar essa política pública. Segundo a entrevistada os alunos das redes estaduais somam mais que os alunos da rede municipal no CEDET. Dessa maneira, o pouco recurso do município é dividido com as obrigações do Estado, e dessa maneira a ASPAT necessita ainda mais de contribuir com recursos. A fundadora relata que há uma indecisão quanto a participação do Estado, “antes o governo nos dava cinco pessoas adjuntas, mas eles tanto brigaram, tanto dispensaram, que agora nós estamos com apenas uma”.

Segundo a entrevistada o CEDET hoje atende aproximadamente quinhentos alunos contando com aqueles que ainda estão em observação, que faz parte da metodologia empregada na execução da política. Segundo a entrevistada, o voluntariado exerce um trabalho de sustentação do centro, tanto quando execução, quanto qualidade do que é ofertado. Evidencia que seria totalmente inviável trabalhar todos as atividades ofertadas ministradas pelos docentes. Relata que “seria impossível trabalhar com esses alunos somente com docentes, porque uma das “pragas” das crianças mais capazes é que eles ficam mais exigentes com os professores e começam a ter conflitos pela exigência”. Segundo Fleith, existe um despreparo muito grande para a educação dessa classe de alunos. Segundo a autora o aluno dotado e visto como um temor pelos professores que se sentem despreparados, pressionados pelas perguntas ou comentários que são feitos pelos alunos com essas características.

Nesse sentido, recrutando profissionais do mais alto nível para ser o voluntario da atividade esse tipo de situação se ameniza, segundo ela

E você tendo esse voluntariado capaz, que é escolhido a dedo, faz muita diferença. Muitas pessoas querem ajudar e podem ajudar, mas para trabalhar diretamente com aquele conteúdo ele deve saber aquele conteúdo muito acima da média da população que trabalha nisso.

Dessa forma, se dá ao aluno motivação e entusiasmo para continuar nos estudos. A entrevistada ainda acrescenta “o que a gente vê é que não pode diminuir a qualidade do voluntário, pois não é um contato que nos dá cem reais por mês e a gente faz o que quer; é um voluntário que tem que estar ali”. Diante disso, a fundadora ainda complementa que todo esse trabalho voluntário de qualidade só aumenta o status que o centro possui. Por fim, a entrevistada afirma que todo esse trabalho voluntário nunca foi na intenção de se tratar de um trabalho gratuito, mas sim pela qualidade que jamais poderia ser alcançado somente com os docentes.

Outro ponto abordado pela entrevistada, foi o atual cenário das políticas públicas de educação especial voltada aos dotados no Brasil. Segundo a entrevistada “no Brasil o primeiro

defeito grande é a falta de continuidade, ou o primeiro é o excesso de lei, ou estão empatados. A nossa legislação não tem fim e é contraditória”. Segundo a fundadora a maior parte dos professores tem ciência das orientações do MEC ao tratar esses alunos, mas grande parte não entende os procedimentos, ainda afirma “eu não entendo. Sou razoavelmente preparada intelectualmente, tenho a inteligência acima da média, mas eu não entendo o que o MEC fala, porque não tem sentido”. Ainda relata o desperdício de recurso que são gastos com materiais pedagógicos nessa temática onde não são aproveitados. Segundo ela, “a situação é ainda pior quando eles pegam uma fortuna para divulgações caríssimas, que vai tudo para lata de lixo, distribui para todo mundo, mas ninguém lê e joga fora. Isso não tem utilidade”.

Uma nova abordagem levantada pela fundadora é da má preparação dos professores para trabalhar com os alunos que necessitam de uma educação especial. A entrevistada diz,

Não gosto do modo que eles (MEC) fazem a preparação de professores em massa, pois não deixa qualquer efeito. Se tivesse um cuidado de pegar pessoa por pessoa e fizesse com que todos trabalhassem com as crianças, alguma coisa teria rendido.

Isso contradiz umas das últimas políticas públicas que foram criadas para esse fim, em 2013 foi criado o “Programa educação inclusiva: direito a diversidade”. Segundo Silva (2016) esse programa foi no intuito de promover a formação de gestores e professores da área de todo o Brasil, para que assim, todos ficassem ainda mais preparados para tratar o ensino que necessitam de educação especial. Todavia, segundo a entrevistada, esse trabalho com os alunos ainda melhorou um pouco, relata que

No trabalho para alunos com altas habilidades melhorou um pouquinho no sentido que a criança não precisa ficar na sala se ela não quiser, ela pode ir e voltar, mas o professor não sabe o que fazer com ele. Manda ele ler um livro que o aluno gosta, mas é muito aquém do que eles precisam.

A fundadora ainda complementa, que se levar em consideração as estatísticas brasileiras de alunos dotados, o CEDET, já atende todos os alunos que necessitam dessa educação na cidade de Lavras, mas que ainda, o Brasil fica atrasado nesse cenário. Nesse interim, ao perguntar a entrevistada quais são as perspectivas futuras que se tem com o CEDET, a fundadora diz que o CEDET está ao nível de produção bom e que está atendendo todas as escolas de Lavras, o próximo passo é melhorar ainda mais o processo de identificação desses alunos que serão atendidos por essa política pública.

#### 4.1.2 Coordenação do CEDET

Dentro do CEDET para uma maior organização, assim como qualquer outra instituição, existe uma divisão hierárquica a fim de nortear e ordenar tanto a estrutura quanto pessoal. Dentro do centro existe uma figura que exerce esse papel, além da fundadora, que é a coordenação. Assim como os demais funcionários docentes do centro, a coordenação se faz por uma facilitadora, que além de cumprir suas obrigações com os alunos e as escolas assumem também essa responsabilidade.

Essa profissional já atua no centro a aproximadamente vinte anos e acompanhou todo o crescimento e toda trajetória que o CEDET percorreu. Além das atividades rotineiras, ela presta o atendimento aos pais dos alunos e pais que procuram o centro por terem filhos dotados a fim de entender e conhecer o ensino. Responsável também por fazer a ligação entre o CEDET e a secretaria de educação, bem como dialogar com a fundadora todas as ações que ocorrem no centro. Ela informou, em entrevista, que uma das práticas já existentes são reuniões semanais com os facilitadores todas segundas-feiras, essa prática sempre foi realizada, anteriormente liderada pela fundadora, que atualmente por questões de saúde se encontra afastada das atividades diárias do CEDET, mas contribuindo sempre para o funcionamento do centro.

A entrevistada diz que compõem o quadro de funcionários do CEDET, oito docentes, incluindo a figura da coordenação, duas funcionárias de serviços gerais, um motorista e possui uma vaga de secretária que está vago devido à crise da prefeitura.

Foi iniciada a entrevista, assim como todas, questionando o porquê de incentivar o potencial e o talento dos alunos. A coordenadora responde que é a mesma razão de ter que ensinar os alunos menos capazes a aprender e relata, “o mais capaz precisa aprender mais, então a escola é pouco para esses meninos”. Fleith (2007), cita que esses alunos necessitam dessa suplementação e da necessidade que eles têm de se ter um ambiente propício e favorável ao desenvolvimento da dotação.

Para a realização das atividades no CEDET, o centro conta com o apoio da ASPAT, através dela que se firma convênios com as instituições e procura os voluntários. A coordenadora explana,

Através da ASPAT nós firmamos convênios com universidades e, através desse convênio, temos acesso mais livre dentro das universidades para frequentar os departamentos, para ter acesso aos laboratórios e ter um trânsito mais livre dentro das universidades. As escolas particulares também são atendidas através desses convênios realizados com a ASPAT.

Além disso, ela ainda informou a importância desse convênio com as duas principais universidades da cidade, “A Unilavras na parte das ciências biológicas, saúde pública... essas coisas da área da saúde, a UniLavras é mais forte e a mais presente conosco. Nas outras áreas é a UFLA”.

A coordenadora relata que sem essas parcerias, as atividades poderiam se manter todas na sede do CEDET e buscariam os recursos nos profissionais voluntários e não nas instituições. Todavia, complementa que as atividades ficariam menos enriquecedoras com a ausência de laboratórios e toda a infraestrutura que as universidades oferecem. A entrevistada relata que a importância que os voluntários possuem no centro. Os voluntários, segundo ela, são os atores principais e diz que,

O diferencial do CEDET está justamente no trabalho voluntário. O poder público seria impossível realizar o trabalho que nós estamos realizando com esta metodologia, que é aplicada aqui. A base dela é o voluntário! E tem 25 anos que é um trabalho muito pioneiro no Brasil com o voluntariado.

Costa e Silva (2006) trata essa participação, através da associação, como uma forma de tomar parte nos processos dinâmicos que constituem e modificam a sociedade, de forma que, essa participação permite tomar parte na sua historicidade. Segundo as autoras isso significa, tomar parte no complexo jogo de relações, interesses e decisões geradas pela ação e transformação da sociedade, no campo dos sistemas político e organizacional. A participação da sociedade através da ASPAT no CEDET faz com que esse trabalho todo seja realizado. Segundo a coordenadora, “o maior bem do CEDET são os voluntários”.

A coordenadora explica que hoje em dia o CEDET vive um cenário que nunca vivenciou antes. Ela relata que o centro que já contou com quinze profissionais, que exerciam a função dos facilitadores, e que hoje conta com apenas oito. Mas relatou que já existe um processo, junto a secretaria de educação, que trará mais profissionais para o CEDET. Segundo ela, o CEDET, hoje, possui 271 alunos em intervenção, ou seja, os alunos diretamente atendidos, número esse que é maior que algumas escolas regulares possuem. Além desses 271 mencionados existe outra grande parcela que são os alunos em observação.

Sem a associação o trabalho ali realizado não poderia se manter, segundo a coordenadora, o centro conta com aproximadamente 90 voluntários para a realização das atividades, algumas delas, necessitando de até 3 voluntários ao mesmo tempo. Foi perguntado a coordenadora como é o processo de busca de voluntários e ela informa que é através da demanda dos alunos que se busca o profissional. Ela relata:

Nós vamos até a comunidade em nome do CEDET e da ASPAT e utilizamos isso para fazer um convite para essas pessoas, de acordo com a necessidade do momento, do semestre; nós trabalhamos semestralmente. Então, a partir do momento que eu tenho o interesse da criança em mãos vou até comunidade em nome da associação buscar esse voluntário.

Segundo a entrevistada, a ASPAT exerce um papel fundamental para que o CEDET permaneça e continue realizando o trabalho com a educação especial, pois sem a associação não se teria os convênios com as instituições bem como o recrutamento dos voluntários. Ainda nesse sentido ela complementa,

Eu sou funcionária pública municipal, mas eu vou em nome da Associação. Faço com ele (voluntário) um termo de trabalho voluntário pela Associação e ele vem trabalhar no CEDET, porque é aqui que estão as crianças! As crianças estão no CEDET e na escola que faz parte do poder público. Tem essa via de mão dupla entre a Associação e o CEDET como órgão público.

Foi questionado a entrevistada o uso das salas recursos multifuncionais que é a proposta do MEC de educação inclusiva escrita no decreto de nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. A mesma se posiciona contrária a essa política, bem como a fundadora também abordou. Segundo ela

Essa criança dentro de um ambiente escolar, que eles chamam salas-recursos, ele está tirando o aluno de uma sala, que tem uma carteira, um quadro e o colocando na mesma escola em outra sala. Qual a visão de mundo? O que vai ampliar na sua vida sair de uma sala para outra? Vai ampliar alguma coisa?

A coordenadora ainda complementa que os alunos dotados necessitam de conviver com seus pares,

Se você não conviver com pares, com os seus pares, que é importante nesses grupos de trabalho que acontecem aqui. O CEDET não é grupo, mas esses grupos de interesse que acontecem aqui são importantes para os estudantes conviverem com os pares, pessoas que gostam das mesmas coisas. Por isso, os alunos são agrupados por interesse, para eles possam conviver com pessoas que gostam das mesmas coisas.

Guenther (2007) trata essa convivência com os alunos que se identificam essencial no crescimento e desenvolvimentos dos dotados, a metodologia do CEDET, além de seus pares, segundo a autora, permite interagir com diferentes adultos em várias situações, o que o orienta, os voluntários que o ensina, visitantes, estagiários e as diversas pessoas que trabalham no centro.

A entrevistada finaliza dizendo as perspectivas futuras que possui para com o centro. Assim como a fundadora ela enfatiza a constante necessidade de estudar a identificação desses alunos dotados e expõe,

Eu espero que possamos a cada dia aperfeiçoarmos na identificação dessa criança mais capaz, para que possamos dar oportunidade a todos que precisam estar aqui. Porque quando eu falo precisar é quem precisa “precisar estar”!

Outra abordagem feita pela coordenadora é o formato da política que é realizada. Ela diz que o centro não é um projeto social e sim um projeto de educação para os dotados e completa,

Meu objetivo maior aqui é realmente estar empenhada em fazer uma boa identificação, trazer as crianças para cá e dar a eles, principalmente, os das escolas de periferia... dar a eles uma oportunidade de conhecer e de ampliar a visão de mundo e ver que existe uma possibilidade de serem boas pessoas, de ver como mais capazes que eles têm condições de ser além de boas pessoas, construírem uma humanidade melhor.

Essa visão da construção de uma pessoa melhor através da educação ofertada pelo CEDET foi unânime em todas as coletas de dados. Existe uma sincronia de informações que permite com que o centro faça essa política pública de forma excepcional.

Por fim, relata e expressa o sentimento da missão feita pelo CEDET e as expectativas de um futuro melhor,

Porque quem tem mais, pode dar mais e as crianças mais capazes eu gostaria que fossem esses, os nossos governantes e com pensamentos de bem, que pudessem contribuir fazer um país mais honesto, mais justo, que pudesse dar oportunidade para muitos.

#### **4.1.3 Os Facilitadores do CEDET**

Foram realizadas entrevistas com todos os facilitadores do CEDET. Esses entrevistados somam todo o quadro de docentes que o centro possui, com exceção da coordenadora que também foi entrevistada. Intitula-se o nome “facilitador” pois esses profissionais são os responsáveis por guiar os alunos durante todo o período de participação no centro, eles que fazem as visitas às escolas e os acompanham nas realizações das atividades. São responsáveis também por procurar voluntários, uma vez que todos os facilitadores participam efetivamente

da ASPAT. O roteiro dessas entrevistas se assemelha ao que foi aplicado em entrevista com a fundadora.

Internamente, os facilitadores, se dividem em três grandes áreas de ensino que faz parte da metodologia empregada no CEDET. A primeira é área é a da comunicação, organizações e humanidades, a segunda é da ciência, investigação e tecnologia e a última área classificada é a da criatividade, habilidade e expressão (GUENTHER, 2007). Elencadas desse modo apenas a critério de explicação, são simultaneamente importantes e com destaque nas atividades. Segundo a entrevistada 1,

Nós somos divididos por áreas de conhecimento. Então nós temos a área de humanidades, nós temos a área de ciências e a área de expressão. Então cada profissional de acordo com a sua formação acadêmica ele vai inserir-se numa dessas áreas.

A entrevistada 3 complementa em relação a divisão das grandes áreas e diz que “a gente se organiza assim para ficar mais fácil de desenvolver o trabalho”.

Quanto a estrutura interna de pessoal no centro, a entrevistada 5 relata o funcionamento e diz que

Nós temos a nossa mentora que é a fundadora, aí vem a coordenação, que faz uma ligação entre CEDET, fundadora e Secretária de Educação e depois vem os facilitadores, que são os professores; cada um tem uma formação. É uma equipe multidisciplinar que vai poder trabalhar com os alunos, que é quem vai atrás dos alunos nas escolas. As escolas vão acabar entrando nesse processo, porque o aluno, na verdade, é da escola e nós fazemos a suplementação educacional.

Todos os facilitadores, devido ao longo período que já estão inseridos nesse contexto, bem como o contato próximo com a fundadora compartilham de um entendimento a respeito do assunto de forma similar conforme a entrevistada 3 cita,

A equipe toda trabalha em conjunto, é uma equipe muito consolidada, então a gente já tem o conhecimento de como fazer, porque estamos juntos há bastante tempo. A mais nova já está há quatro anos, e esse estudo, ele é desenvolvido sempre conosco, a fundadora estuda conosco.

Essa fala já justifica o êxito do centro, a partir de uma crítica realizada na entrevista com a fundadora, onde cita que um dos grandes defeitos da educação especial aos capazes no Brasil, é a falta de continuidade.

A entrevistada 7, também concorda com o ponto levantado com a fundadora, a partir do questionamento do porquê incentivar o potencial e o talento dos alunos, a mesma responde que “nós não podemos desperdiçar esses talentos e eles poderão colaborar muito com a humanidade”. Dentro ainda desse ponto levantado a entrevistada 1 também partilha desse pensamento e completa, “que essa geração que agora está recebendo essa intervenção, no futuro eles poderão fazer parte de uma rede de pessoas que vão transformar o mundo para melhor”. A entrevistada 3 ainda acrescenta e esclarece os mitos a partir do gozo popular com o diagnóstico de dotação, segundo ela, “quando a gente chega para eles, eles falam: “Mas por que você está falando comigo? Eu não sou inteligente! ”. Eu já ouvi muito isso dos meus alunos”. E ainda esclarece que “à medida que a gente desenvolve as atividades, eu vou percebendo e tenho condições de mostrar que sim, que ele (aluno) tem potencial.

Segundo Fleith, (2007) para algumas pessoas, o dotado seria aquele que é o melhor da classe ao longo de sua formação acadêmica. Todo esse desconhecimento do perfil do aluno, contribui para que o mesmo não seja identificado e que não tenha a educação que mais lhe cabe. Um outro ponto que a entrevistada 3 aborda é a melhora do aluno, no que tange condições pessoais, segundo ela, “quando a gente começa a iniciar o trabalho de incentivo, eles melhoram a autoestima eles passam acreditar, ou às vezes até mesmo conhecer esse potencial que eles desconhecem”. Fleith também traz essa discussão que o fator da baixa autoestima são fatores agravantes no rendimento desses alunos capazes.

Dando seguimento as entrevistas e ao roteiro, foi questionado a todos os entrevistados a estrutura que o centro possui, quanto organizacional e pessoal. A entrevistada 1 explica que o centro em 1993 foi incorporado a prefeitura e desde então possui os recursos do município, mas também explica os outros pilares que são sustentação ao centro,

Nós somos amparados por esta rede. Nós somos amparados pela comunidade, pela ASPAT e pela prefeitura”. E esclarece os subsídios entre os pilares, explica que a “prefeitura é mais a parte de mantenedora. É quem nos mantém a nível dos profissionais que aqui trabalham, do transporte, da merenda que nós recebemos, de materiais básicos que nós temos.

Além da prefeitura, a entrevistada relata a participação da ASPAT, “que é a nossa associação de pais, que é quem dá todo o suporte para o CEDET no sentido de execução, no sentido do que fazer”.

Ainda abordando o papel da associação, o entrevistado 2 relata que “a ASPAT complementa, ou suplementa aquelas coisas que a prefeitura não tem. Muitos recursos (da

ASPAT) vêm de doações, venda de livros, os pais contribuem não obrigatoriamente, só espontaneamente”. Essa discussão em torno da sociedade civil contribuir com a política pública é abordada por Pires e Gomide como as capacidades técnico-administrativa e a capacidade política. Essas por sua vez são resultados das relações entre a burocracia, participação social, representação política e de controle, tudo isso tem como fim os resultados da implementação, todos esses arranjos institucionais são os meios para se chegar em bons resultados das políticas públicas.

Dentro desse contexto a participação social na política do CEDET se destaca, o entrevistado 2 recorda a participação da comunidade e diz

Desde o princípio do CEDET, a comunidade sempre foi um pilar importante. Começou com o Rotary Club, lá nos primórdios. É impossível manter isso só pelo poder público. Não é o ideal, nem é o que a gente almeja e não funciona. Tem que ter essas outras parcerias, não por questão somente econômica, mas é muito mais saudável fazer os alunos interagirem na comunidade onde eles estão”. A entrevistada 6 complementa essa informação, “uma das bases do nosso tripé é a comunidade e a comunidade envolve tudo isso (CEDET).

É exatamente nesse sentido que a ASPAT executa seu papel no CEDET, de trazer a comunidade para o centro e além disso, promover e coordenar os processos. A entrevistada 7 relata sobre a ASPAT o seguinte, “a ASPAT nos dá uma certa flexibilidade ao nosso trabalho. O que eu vejo é que a ASPAT favorece o trabalho do CEDET em todos os aspectos”. Essa flexibilidade relatada que auxilia na promoção das atividades ofertadas pelo centro, uma vez que, é a ASPAT que recruta os voluntários e firma convênios com diversas instituições públicas e privadas. A entrevista 3 relata, “através da ASPAT que nós recrutamos os voluntários. Isso não é possível - esse recrutamento - se não fosse pela associação”.

O voluntário no CEDET executa o papel de ator social fundamental para a política pública existir, conforme Silva e Pádua (2010) trata, “no âmbito educacional, os atores são vistos como agentes transformadores e não de adaptar e reproduzir”. Além disso, o autor ainda trata o papel do ator na construção da moral do aluno. O voluntário, assim como a fundadora explanou, ele vem para que as atividades sejam muito mais aprofundadas e de melhor qualidade do que qualquer docente poderia realizar, a entrevistada 6, cita um exemplo

Por exemplo, chega um aluno para mim e no plano individual dele e ele fala: “Ah! Eu tenho interesse em astronomia!”. O que eu sei de astronomia? Eu vou atender o aluno mais capaz e que quer aprofundar, que quer saber mais sobre isso.

Nesse ponto, ela enfatiza o ponto principal de procurar o voluntário, que se busca pela qualidade do que pode ser ofertado, e complementa

Se eu não tenho esse conhecimento quem entra é o principal ator, que é o voluntário, que vai fazer isso para mim. Eu vou buscar uma pessoa na comunidade que tem conhecimento, que tenha bons princípios, que seja um exemplo como pessoa... porque acaba que o aluno de certa forma vai espelhar nele. Então nós não podemos também simplesmente pegar um voluntário. Esse voluntário precisa ser bem escolhido.

Nessa última fala, a entrevistada ainda enfatiza a necessidade do voluntário de ser um exemplo, para possa contribuir na construção moral do aluno. Ainda nesse contexto a entrevistada 1 relata, “a gente sempre preza pela busca de pessoas que sejam admiráveis, que são boas pessoas, que vão trazer algo bom para os meninos”.

Carlos e Silva (2006) trata essa relação de participação como arranjos participativos e nesse seguimento relata esse envolvimento como um fortalecimento da política pública local, além de enaltecer uma cultura cívica de participação da sociedade, onde mostra que esse envolvimento da sociedade civil, melhora a execução e além disso o desempenho das políticas públicas.

Além desse vínculo que a ASPAT executa com o voluntariado, a associação busca também convênios com instituições públicas e privadas para que possam auxiliar e complementar as atividades que são solicitadas pelos alunos. A entrevista 5 relata esse processo, “mas a cada nova atividade, a cada novo interesse que o aluno apresenta para gente, a gente busca o local apropriado para a realização dessa atividade”. Assim como a entrevista com a fundadora já relata, as universidades permitem que as atividades sejam ministradas com um grau de qualidade que não seria possível sem a estrutura que é cedida. A entrevistada 4, mostra que além disso, a inserção desses alunos já no ambiente universitário causa uma diferença positiva em suas formações.

Todos os entrevistados fizeram menções negativas de forma similar a participação do Estado na política do CEDET. Apesar do centro ser um órgão municipal, subordinado à secretaria de educação do município, o trabalho não é realizado apenas com os alunos ligados a rede municipal de ensino, existe também o serviço prestado a toda rede estadual, que somam um terço dos alunos que tem a educação suplementada. A entrevistada 3 relata, “nós atendemos os alunos das escolas estaduais, todo o atendimento é feito igual fazemos nas escolas municipais”. A entrevistada 1 declara que o pensamento do centro não é o aluno “A” ou o “B”, e sim todos que necessitam do atendimento, sejam de responsabilidade do município ou do

estado. Narra ainda a entrevistada 4, da necessidade de atender todos os alunos, “porque há um número grande de alunos mais capazes dentro das escolas estaduais de Lavras”.

Por fim, foi perguntado aos entrevistados quais são as perspectivas futuras que eles têm para com o CEDET. Em consonância a abordagem feita pela fundadora, a entrevistada 1 relata que buscar sempre estudar a identificação desses alunos e diz “é algo entre nós que é constante”. A mesma entrevistada ainda completa, que um fato onde todos os membros do CEDET buscam saber é onde estão os ex-alunos e relata, “onde estão os nossos alunos? O que eles estão fazendo? Alguns deles sempre voltam até nós e a gente fica sabendo, mas é o que a gente sempre busca: saber o que estão fazendo e qual a diferença o CEDET fez na vida”.

Nesse sentido, a entrevistada 5 menciona,

Esse trabalho é um trabalho muito belo, porque nosso objetivo é mostrar que o aluno que ele pode ser um cidadão muito melhor do que ele pensa, do que ele imagina. O nosso objetivo é trabalhar com o cidadão”. Ainda a entrevistada reforça, “o nosso objetivo é fazer com que todos os nossos alunos usem a inteligência que possuem, que é acima da média para fins positivos.

Na mesma pergunta a entrevistada 4 abordou que espera que o CEDET cresça e que consiga atender ainda mais crianças e justifica no contexto da cidade de Lavras, reconhecida por ser a cidade das escolas, “porque Lavras é uma cidade que se destaca dentro do cenário educacional, por tantas escolas e universidades! As nossas crianças aqui precisam desse atendimento”.

## **4.2 ASPAT**

A responsabilidade técnica do CEDET é realizada pela Associação de Pais e Amigos para o Apoio ao Talento – ASPAT. É uma associação de entidade de direito civil e reconhecida como utilidade pública. A ASPAT nasceu da necessidade de se congregarem pais de crianças demonstrando dotação e talento, famílias, pessoas, instituições, comunidade, para fins de prover a base de assistência e sustentação ao programa desenvolvido pelo CEDET. Para conduzir esse estudo e aprofundar no tema foi entrevistado a atual presidente da ASPAT.

### **4.2.1 Presidente da ASPAT**

A atual presidente da associação é ex-facilitadora do CEDET que se afastou de suas atividades como servidora pública por fins particulares, mas mantém seu vínculo com o centro

através da associação. É a presidente da associação desde o ano de 2016. A ASPAT nasceu em outubro de 1993 juntamente com a iniciativa do CEDET. A associação funciona com uma sede que fica dentro da residência da fundadora e realizam reuniões mensais.

Segundo a presidente, na metodologia da fundadora a ASPAT faz parte do centro. A entrevistada explica quem faz parte da associação, “todos os pais! O filho entrou no CEDET, ele já faz parte da ASPAT! Fora que a gente tem as pessoas que participam também da ASPAT, como os voluntários, a comunidade em geral que pode estar fazendo parte”. A associação traz a família para perto do projeto para que possa mostrar aos pais a real capacidade dos filhos que na maior parte passa despercebido pela família, ou confundida com alguma deficiência.

A presidente explica que a ASPAT é a base do CEDET, pois o centro funciona através da associação e dessa relação da associação com a comunidade com a busca de recursos, voluntários e convênios. Ainda reforça, “então, é através desse voluntário, que a gente consegue essa suplementação, porque senão ficaria uma escola comum”. Assim como a fundadora relatou, a maior fonte de recursos da ASPAT é a própria fundadora, um exemplo citado pela presidente é a sede do CEDET, que é um imóvel alugado pela prefeitura da própria fundadora e esse valor do aluguel é totalmente destinado a associação.

Ainda abordando o assunto de recursos, a presidente explica que os livros que são vendidos da fundadora também são revertidos em recursos financeiros para o apoio ao CEDET, além do trabalho da fundadora como palestras e atendimentos que são prestados. A associação mantém fixa uma secretaria, com recursos da associação, para organizar a parte burocrática da ASPAT. A entrevistada ainda reforça o papel da associação para que o centro possua autonomia frente às atividades, uma vez que, não depende totalmente do governo. Além disso, ressalta o trabalho do facilitador com todo o acompanhamento das atividades, cita

O trabalho do facilitador no CEDET é muito importante! Mas é uma coisa muito interessante, porque é um contato humano que faz muita diferença. Então, o ir à escola, ou acompanhar aquele menino não só no cognitivo, mas também em tudo!

A presidente fala das perspectivas que se tem com a ASPAT e para com o CEDET, ela alega que um dos sonhos do corpo docente do CEDET era uma ampliação da sede, mas que recentemente passou por uma reforma com todos os gastos vindos da associação. Mas enfatiza, “o que a gente sonha mesmo é o aprender do aluno, sabe? Quanto mais voluntários a gente ter é melhor, satisfazer, suplementar mesmo o aluno! Acho que é o objetivo principal para a gente”.

Novamente também, reforça toda a linha de pensamento dos demais entrevistados que deseja que esses estudantes possam ter mais oportunidades na vida.

Nesse sentido, toda essa estrutura que é fundamentada no CEDET, com a participação da sociedade em conjunto a ASPAT, e a associação como ferramenta de trazer os voluntários e firmar convênios bem como trazer também recursos financeiros faz com a política pública aconteça de forma eficaz. Desse modo, se percebe como a sociedade civil auxilia de modo direto a prefeitura que legaliza esse projeto e fomenta com a manutenção básica do centro bem como todos os funcionários presentes no CEDET. Todos esses arranjos permitem com que a política pública de educação especial aos dotados aconteça em Lavras-MG e seja exemplo no Brasil como um todo através de uma iniciativa pioneira nesse segmento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa se fez a partir do seguinte objetivo geral: analisar e compreender o papel exercido pelo CEDET no arranjo institucional da Política Pública de educação especial em Lavras-MG.

Com isso, esse trabalho possibilitou que fosse analisado o papel que um centro, criado com iniciativa local e da sociedade civil, incorporada a prefeitura um ano depois de sua fundação, que mesmo com poucos recursos exerce e aplica a educação especial aos dotados da cidade de Lavras abrangendo toda a parcela estatisticamente considerada com dotação e apoiada e sustentada por uma associação que a mantém juntamente com a prefeitura.

Esse estudo contribuiu com a discussão sobre a importância da participação da sociedade civil através da associação – ASPAT. Esses atores sociais, executam a política pública de forma compartilhada a prefeitura, além de toda uma cooperação e gerência que é realizada pela associação. O formato que foi criado o CEDET e logo em seguida dando início a fomentação de trazer os pais para conhecer o centro e dessa forma criar a ASPAT foi uma estratégia de sucesso que faz com a política seja executada com maestria há 25 anos e já se tornando referência nacional e internacional se tratando dessa temática.

Toda a metodologia que foi construída pela fundadora Dr. Zenita Cunha Guenther sustenta esse trabalho e faz com que ele tenha sucesso na identificação e suplementação desse estudante. A palavra voluntariado, faz com que já seja explicado toda a metodologia do centro. A busca por profissionais que sejam admiráveis e totalmente gratuitas só acrescenta e melhora

a estrutura pedagógica do CEDET. Esse trabalho com o objetivo voluntário, não se faz pela gratuidade, mas sim pela qualidade de um profissional especialista do assunto conduzir e desenvolver o aluno dotado.

Além disso, fica nítido o papel que a ASPAT exerce ao buscar convênios com instituições, seja ela pública ou privada, para que as atividades que necessitam de um local específico sejam concretizadas com a maior qualidade oferecida. O apoio dado pelas universidades só agrega de forma positiva esse trabalho realizado, com a disposição de laboratórios, quadras esportivas, bibliotecas e demais salas que a infraestrutura permite que sejam realizadas as atividades.

Outro ponto notado, é a importância com que a figura da associação é primordial para o CEDET. A ASPAT sustenta e representa o CEDET frente a necessidades que infelizmente o poder público não é capaz de suprir, além disso, é trazer a comunidade e a sociedade civil junto ao centro, desmistificando e quebrando muitos mitos a respeito desses alunos. A ASPAT já possui um reconhecimento devido ao seu trabalho, nos anos de 2015 e 2018 a associação recebeu o Troféu Ouro do Prêmio Assis Chateaubriand que classifica a ASPAT como um dos três principais projetos de relevância social no sul e sudoeste de Minas Gerais. O trabalho que é realizado contribui com a educação que os pais podem ofertar aos alunos, uma vez que, identificando e mostrando aos pais a capacidade dos alunos, podem direcionar para a educação adequada.

Além disso, o centro executa um trabalho com os alunos que permitem que os mesmos sejam incentivados e motivados. Melhoram em todos os aspectos, tanto na vida escolar com a suplementação quanto na vida pessoal com a melhora da autoestima. O desejo com que o CEDET trata esses alunos e os desejam para que se tornem cidadãos produtivos e usar essa capacidade elevada para fins positivos confirma a preocupação e o objetivo do CEDET.

Um ponto que precisa ser abordado e melhorado é a pouca visibilidade que o centro possui, até mesmo dentro da própria cidade, é necessário fomentar essa política para que mais pessoas tenham ciência das suas atividades e assim poder contribuir com a associação e melhorar o funcionamento do CEDET. Deve-se também ter o apoio do Estado de forma mais efetiva e significativa, uma vez que, o centro exerce um papel que seria obrigação do Estado.

Uma abordagem feita pelos entrevistados que deve ser revista é a ampliação do quadro de profissionais que exercem a política através da prefeitura. A ausência atualmente de uma secretaria retarda vários processos burocráticos além da desorganização do ambiente. E a necessidade do aumento de facilitadores, que se somam em oito profissionais atualmente, onde

já foram quinze. É necessário essa ampliação e melhor apoio por parte de órgãos públicos ao CEDET.

Quanto às suas contribuições, a pesquisa trouxe ganhos tanto para a graduação de administrador público, quanto para a comunidade acadêmica, dessa forma é um assunto que deveria ser continuamente estudado dentro das universidades, uma vez que o CEDET já se encontra dentro desse meio acadêmico. Foram obtidas informações de relevância social, por ser um tema pouco respaldado academicamente, portanto os resultados devem ser repassados e expandidos para a sociedade.

Houve limitações científicas que dificultaram a realização deste trabalho. Há pouco estudo e projetos sobre a temática, sendo Lavras uma pioneira nesse segmento com a iniciativa da fundadora Dr. Zenita Cunha Guenther. Podendo, dessa forma, ser base para próximas pesquisas nesse segmento. Deixa-se também como ponto principal, que com esse trabalho, governantes possam a ver o CEDET de forma diferente, olhando o quanto esse trabalho é importante e representa num cenário internacional.

Em suma, esse trabalho se encerra e se sugere que existam novas pesquisas nessas áreas, além de descritivas que tragam novas ideias para essa temática ou que possam conduzir essa metodologia consagrada para nível nacional. Outra abordagem é realizar um filtro de leis que atrasam ou deixam mais moroso o processo de implantação de programas de desenvolver a dotação dos alunos. E traçar novas medidas e prioridades que governantes possam ter em relação a esse mesmo tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. D.; SOUZA, K. V. Q. Políticas Públicas e cidadania: experiências em Pronatec em São João Borja/RS. **Mediação**. Belo Horizonte, v.17, n.20. jan./jun. 2015.
- ANTIPOFF, C. A.; CAMPOS, R. H. F. Superdotação e seus mitos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 301-309, jul. Dez. 2010.
- BONOMO, E. M.; COSTA, V. D.; VIEIRA, E.M. Centro De Desenvolvimento Do Potencial E Talento De Vitória – Cedet Vitória: Política De Atendimento Aos Alunos Com Altas Habilidades/Superdotados Da Rede Municipal De Ensino De Vitória. **V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina, nov. 2009.
- BRASIL. **Portaria nº 948/2007**, de 07 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- CARLOS, E.; SILVA, M. Z. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política e Sociedade**. Espírito Santo, n. 9, out. 2006.
- CARLOS, E. Participação e cultura política no orçamento participativo. **Revista de Ciências Sociais Civitas**. Porto Alegre, PUC, 2006.
- CEDET. Disponível em: <<http://aspatlavras.blogspot.com.br/p/cedet.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- DA SILVA, S.A.; PÁDUA, K.C. Atores sociais da escola. **UFMG/Faculdade de Educação**. Belo Horizonte, 2010.
- FLEITH, D. S. (ORG). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades / Superdotação. **Ministério da Educação**. Brasília, v. 1, p. 80. 2007.
- GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre UFRGS, 2009.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002
- GUENTHER, Z. C. Centros comunitários para desenvolvimento de talentos - O CEDET. **Revista educação Especial**. n. 30, p. 9, nov. 2007.
- INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA. **Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/971/1/TD\\_1815.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/971/1/TD_1815.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Disponível em:  
<[http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFBK5Y.nsf/vwPagesWebLive/D08KMJ9L?opendocument](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFBK5Y.nsf/vwPagesWebLive/D08KMJ9L?opendocument)>. Acesso em 03 jul. 2018.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de Programas Sociais: Conceitos e Referencias de Quem a Realiza. **Est. Aval. Educ.** São Paulo. v.25 n.58 p.22-42, mai/ago 2014.

JÚNIOR, M. C. M. L. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, p. 443. 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber – Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Editora UFMG. 1999, Reimpressão 2008, p.342.

METTRAU, M.B.; REIS, H. M. M. S. Políticas públicas: altas habilidades/superdotação e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva. **Red. de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 489-510, out. dez. 2007.

MINAYO, M. C. S. Amostragem E Saturação Em Pesquisa Qualitativa: Consensos E Controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32300>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

MORAES, L. F. R.; FILHO, A. D. M.; DIAS, D. V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista Administração Pública Contemporânea**. Curitiba, vol.7 n.2. jun. 2003.

PEREIRA, C. E. S.; GONÇALVES, F. C. CEDET – Um programa de sucesso na educação de dotados e talentosos: entrevista com a Prof.<sup>a</sup> Dra. Zenita Cunha Guenther. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 96-106, jul. Dez. 2007.

PÉREZ, S.G.B.; FREITAS, S. N. Políticas públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso. **Red. de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 627-640, set. dez. 2014.

REEVO. Disponível em: <[http://map.reevo.org/reports/view/810?l=pt\\_PT](http://map.reevo.org/reports/view/810?l=pt_PT)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

ROGALSKI, M. S. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de educação do Ideal**. Quatro Irmãos – RS, v. 5, n. 12, p. 13, jul.dez. 2010.

ROMANOWSKI, C. L.; COSTA, A. S.; DAL-FORNO, L. F.; NEGRINI, T. Políticas públicas e altas habilidades/Superdotação. **Educare**, Paraná, p. 7447-7458. dez. 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

## APÊNDICES

### Apêndice I

#### **Roteiro de Entrevista semiestruturado 1 – Fundadora do CEDET.**

1. Por que incentivar o potencial e o talento dos alunos?
2. A ASPAT já se iniciou junto com o CEDET?
3. Qual o formato organizacional do CEDET?
4. Quais as principais parcerias que o CEDET, através da ASPAT possui hoje, tanto pública quanto privada?
5. Quais delas você considera essenciais para realizar as atividades?
6. Sem essas parcerias as atividades conseguiriam se manter?
7. Qual a principal fonte de recursos que fazem toda a manutenção da estrutura do CEDET?
8. Qual a relação que o CEDET e a ASPAT têm com a prefeitura?
9. Qual a relação que o CEDET tem com o estado?
10. Além dessas parcerias com organizações também conta com a colaboração de voluntários, qual o grau de importância que esses atores possuem no CEDET?
11. Qual o papel da ASPAT no CEDET?
12. Como o CEDET articula esses diversos atores?
13. O que você considera que deva melhorar no Brasil na educação dos mais capazes?
14. Quais são as perspectivas futuras que se tem com o CEDET?

#### **Roteiro de entrevista 2 – Coordenadora do CEDET**

1. Por que incentivar o potencial e o talento dos alunos?
2. Qual o formato organizacional do CEDET?
3. São quantos profissionais hoje dentro do CEDET?
4. Quais as principais parcerias que o CEDET, através da ASPAT possui hoje, tanto pública quanto privada?
5. Quais delas você considera essenciais para realizar as atividades?
6. Sem essas parcerias as atividades conseguiriam se manter?

7. Qual a principal fonte de recursos que fazem toda a manutenção da estrutura do CEDET?
8. Qual a relação que o CEDET tem com a prefeitura?
9. Existe uma relação entre a coordenação do CEDET e a secretaria de educação?
10. Como é o processo de novas contratações para o CEDET?
11. Qual a relação que o CEDET tem com o estado?
12. Além dessas parcerias com organizações também conta com a colaboração de voluntários, qual o grau de importância que esses atores possuem no CEDET?
13. Quantos voluntários o CEDET conta para realizar as atividades semestralmente?
14. Quantos alunos hoje são atendidos pelo CEDET?
15. Qual o papel da ASPAT no CEDET?
16. Como o CEDET articula esses diversos atores?
17. Você acredita que as salas recursos são o suficiente para os alunos dotados?
18. Quais são as perspectivas futuras que se tem com o CEDET?

### **Roteiro de entrevista 3 – Facilitadores do CEDET**

1. Por que incentivar o potencial e o talento dos alunos?
2. Qual o formato organizacional do CEDET?
3. Como é feita a divisão interna de vocês internamente?
4. Quais as principais parcerias que o CEDET, através da ASPAT possui hoje, tanto pública quanto privada?
5. Quais delas você considera essenciais para realizar as atividades?
6. Sem essas parcerias as atividades conseguiriam se manter?
7. Qual a principal fonte de recursos que fazem toda a manutenção da estrutura do CEDET?
8. A ASPAT contribui também com recursos financeiros?
9. Qual a relação que o CEDET e a ASPAT têm com a prefeitura?
10. Qual a relação que o CEDET tem com o estado?
11. Além dessas parcerias com organizações também conta com a colaboração de voluntários, qual o grau de importância que esses atores possuem no CEDET?
12. Qual o papel da ASPAT no CEDET?
13. Como o CEDET articula esses diversos atores?

14. O que você considera que deva melhorar no Brasil na educação dos mais capazes?
15. Quais são as perspectivas futuras que se tem com o CEDET?

#### **Roteiro de entrevista 4 – Presidente da ASPAT**

1. Quando surgiu a ASPAT?
2. Quem faz parte da ASPAT?
3. Qual a relação que a ASPAT possui com o CEDET?
4. Qual o papel dela para o funcionamento do CEDET?
5. Sem a ASPAT, o CEDET conseguiria se manter?
6. Quais são os parceiros que a ASPAT possui?
7. Qual a principal fonte de recursos da ASPAT?
8. Como é estruturado essa associação?
9. Quais são as principais atividades realizadas por essa associação?
10. Qual a relação que a ASPAT possui com a prefeitura?
11. Quais são as perspectivas futuras que se tem com o CEDET?